

BIBLIOGRAFIA

AS GRANDES CORRENTES DA HISTORIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA, DE 1789 AOS NOSSOS DIAS (*).

JACQUES GODECHOT

Diretor da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de
Toulouse.

INTRODUÇÃO.

A história da Revolução francesa, como a própria Revolução, apaixonou multidões. Por um século essas paixões tornaram difícil qualquer estudo objetivo, e ainda hoje têm influência sobre a historiografia revolucionária. A história da Revolução foi por muito tempo uma arma nas lutas políticas do século XIX — em tais condições foram valorizados certos problemas e deixados de lado outros igualmente importantes. A pesquisa não teve o caráter científico que lhe é próprio senão no fim do século XIX: o centenário da Revolução, em 1889 foi influenciado por considerações totalmente estranhas à ciência. Os progressos foram muito lentos.

A polêmica desenvolveu-se inicialmente na própria época revolucionária, isto é, entre 1789 e 1815, sobre as causas da Revolução: defensores e adversários atiravam-se reciprocamente a responsabilidade dos acontecimentos que haviam acabado de viver, ou tentavam, em todo caso, dar-lhes uma explicação. De 1815 ao final do século XIX a Revolução foi um arsenal do qual os partidos políticos tiravam os seus argumentos: os liberais, os republicanos e os radicais para justificarem sua política; os realistas, os conservadores e em certos momentos os bonapartistas, para condenarem a de seus adversários. Assim, a história política da Revolução ficou sendo o único objeto dos estudos. Mas os problemas religiosos que haviam dividido tão profundamente a França na época revolucionária foram igualmente discutidos e a legislação religiosa da Revolução, por volta de 1905, serviu de modelo ao código religioso que a França adotou.

(*) — Publicado também na Revista *Nuove Questioni di Storia Moderna*, Milão. Tradução para o português de Raquel Glezer (Nota da Redação).

Foi o marxismo que introduziu um nôvo ponto de vista na historiografia da Revolução francesa, mostrando a influência dos fenômenos econômicos e da estrutura social. Mas êsses não foram objeto de pesquisa senão por volta de 1900, com a publicação por Jean Jaurès de sua célebre *História socialista da Revolução*.

Com o alargamento do mundo, com a aceleração das comunicações, a multiplicação dos contactos entre historiadores de vários países, graças ao intercâmbio universitário e congressos internacionais, foi possível à história comparada das nações desenvolver consideráveis progressos e perturbar as concepções tradicionais da Revolução francesa. Ela aparece não como um fenômeno isolado, mas como o ponto culminante de um movimento geral abarcando todo Ocidente, isto é, a maior parte da Europa e da América, de 1770 até 1850, seu final. Examinaremos a evolução da historiografia em relação aos grandes problemas da Revolução.

* *
*

I. — OS CONTEMPORÂNEOS DA REVOLUÇÃO E O ESTUDO DAS CAUSAS DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO.

Desde o início a Revolução foi violentamente atacada por seus adversários que, sem fazer a história própria dita, procuravam suas causas para encontrar os responsáveis e puni-los, a fim de impedir o prolongamento ou a repetição do movimento revolucionário na França e sua passagem aos outros países.

Em primeiro lugar entre os polemistas está o inglês Edmund Burke, que publicou as suas *Reflexões sobre a Revolução francesa* em outubro de 1790. Burke sustentava sobretudo que a Revolução fôra uma reviravolta total das instituições tradicionais da França e um esforço para dar à sociedade francesa uma estrutura nova, construída em *tabula rasa*, segundo a doutrina dos “filósofos”. Ora, Burke considerava isso uma utopia, uma químera, e sustentava que instituições baseadas em “abstrações” não poderiam durar. Para êle o valor de uma instituição media-se pelo fato dela ter apóio em fundamentos históricos, ignorava o que fôsse “a liberdade”, e não conhecia senão a liberdade do homem honesto, que declarava justificada, e a do ladrão fugido, que condenava. Sua interpretação da noção de “natureza” era diametralmente oposta à dos “filósofos”, os quais acreditavam que uma sociedade baseada sobre as regras da razão fôsse conforme a “natureza”. Para Burke o “natural” é herança do passado, portanto, as instituições tradicionais são naturais, são vitais.

Burke condenava a Revolução francesa e tôda sua obra até 1790. Tratava-se de uma monstruosidade, que não poderia ser senão a vontade de Deus para punir os franceses por sua impiedade e por seus pecados cometidos durante o século XVIII. Essa última idéia foi apenas esboçada nas *Reflexões*, mas Burke retomou-a e ampliou-a até sua morte, ocorrida em 1797. Dêsse modo a Revolução francesa tivera uma causa “providencial”, e portanto, a reforma moral e religiosa dos franceses poderia evitá-la. Este é o fundamento da doutrina teocrática: Joseph de Maistre adotou-a, depois de haver lido Burke, em várias obras e sobretudo nas *Considérations sur la France*, publicada em 1796; Louis de Bonald na *Théorie du pouvoir politique et religieux dans la société civile*, aparecida no mesmo ano, e na *Législation primitive*, publicada em 1802. É o mesmo pensamento do místico Claude de Saint-Martin, o “filósofo desconhecido”, nas *Considérations politiques, philosophiques et religieuses sur la Révolution française*, publicada também em 1796. Para êsses polemistas a Revolução fôra um fenômeno de ordem divina ou satânica, que uma profunda reforma do homem e da sociedade poderia deter, e êsses argumentos foram retomados durante todo o século XIX pelos historiadores conservadores. Como a Revolução fôra vontade de Deus (ou do Diabo) foi dado o menor interêsse possível ao estudo de seu desenvolvimento: todos os seus aspectos eram igualmente condenáveis. O importante era impedir-lhe o retôrno impondo ao homem um comportamento moral, e sobretudo religioso, conveniente. Não podemos dizer que tais idéias desapareceram em nossos dias, pois uma obra recentemente lançada prova o contrário (1). Mas são pontos de vistas de polemistas, não de historiadores.

Um outro notório contra-revolucionário, o abade Barruel, elaborou na época da Revolução uma teoria sôbre suas causas que também teve larga divulgação. Em 1789 em uma obra intitulada *La Patriote véridique, ou Discours sur les vraies causes de la Révolution actuelle*, êle explicava que a Revolução fôra conseqüência de uma conspiração fomentada pelos “filósofos” e por seus discípulos. Na *Histoire du clergé de France pendant la Révolution française*, publicada em Londres em 1792, o abade Barruel precisou suas idéias: a nobreza e a burguesia tiveram sua parte de responsabilidade, participando da conspiração, aderindo à Maçonaria. Enfim, nas *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme*, publicada em Hamburgo, em 5 volumes, em 1798, desenvolveu de forma ampla a tese de conspiração: na origem de tudo vê o ódio de três homens contra o Cristianismo — Voltaire, d’Alembert e Frederico II, que difundiram os prin-

(1). — J. P. Boyer, *Les précurseurs*, Paris, 1963.

cípios da filosofia nas lojas maçônicas e elas prepararam cientificamente a Revolução.

“Nós vimos — escreveu Barruel — os homens tornarem-se cegos sôbre as grandes causas da Revolução francesa, vimos os que procuravam persuadir-se que a idéia da existência de uma seita revolucionária e conspiradora anterior à Revolução era totalmente quimérica; para aquêles homens todo o mal da França, todo o terror da Europa se sucediam e se encadeavam pelo simples concurso de circunstâncias imprevistas e impossíveis de prever. Baseando-nos em fatos e munidos de provas, teremos uma linguagem diferente. Diremos que nessa Revolução francesa tudo, até mesmo os seus menores delitos, tudo foi previsto, meditado, combinado, resolvido. Tudo foi obra da mais profunda maldade”.

A obra do abade Barruel teve um sucesso considerável e suas idéias foram freqüentemente retomadas no século XIX e ainda no XX, especialmente por Augustin Cochin (2), Bernard Fay (3), e Pierre Gaxotte (4).

Diante dêsses polemistas contra-revolucionários, os primeiros historiadores da Revolução esforçaram-se por mostrar o desenvolvimento natural dos acontecimentos, descartando qualquer explicação providencialista, qualquer idéia de conspiração, limitando-se em geral a expor os fatos. E' o caso dos autôres anônimos e desconhecidos da *Histoire de la Révolution de 1789 et de l'établissement d'une constitution en France, précédée de l'exposé rapide des administrations successives qui ont déterminé cette révolution mémorable* (5).

Se ignoramos a identidade dos autôres dessa obra, é quase certo que os primeiros 7 volumes, que narram a história da Assembléia Constituinte, não são devidos à mesma pena que os seguintes: os autôres dos 7 volumes iniciais são, com efeito, bastante favoráveis à Revolução, enquanto seus sucessores lhe são violentamente hostis. Foi êsse livro provavelmente que lançou a lenda de um Robespierre “tímido”, de voz áspera e desagradável, incapaz de falar da tribuna e que descia dela quase sempre em meio de risos suscitados por “sua espécie de idiotismo”.

A *Histoire* dos “Dois Amigos” teve ainda outra influência, por sua forma e estrutura, sôbre os historiadores que escreveram após: história puramente política, considerou a Revolução só na cidade de

(2). — *Les sociétés de pensée et la Révolution en Bretagne*, Paris, 1925.

(3). — *La Franc-Maçonnerie et la Révolution intellectuelle au XVIIIe siècle*, Paris, 1935; *La Grande Révolution*, Paris, 1959.

(4). — *La Révolution française*, Paris, nova edição, 1962.

(5). — *De Dois Amigos da Liberdade*, Paris, Clavelin, Bidault, 1790-1803, 26 vol., in 8º.

Paris, enquanto os acontecimentos da província eram narrados sômente na medida em que exerceram influência sôbre a capital.

Em 1792 o pastor Rabaut-Saint-Etienne publicou um breve resumo dos acontecimentos que haviam ocorrido na França em dois anos sob o título *Almanach historique de la Révolution française pour l'année 1792*, que teve um enorme sucesso: foi re-imprensa quase todos os anos e pelo menos quatro vêzes depois de 1814.

Trata-se de uma exposição simples e precisa, um pouco oratória, dos acontecimentos políticos da Revolução francesa. O autor fêz apologia da obra da Constituinte para responder às *Reflexões sôbre a Revolução francesa* de Burke, que a condenava.

Quatro anos depois apareceu uma nova obra que procurava explicar a Revolução: *Histoire philosophique de la Révolution de France depuis la convocation des notables par Louis XVI, jusqu'à la séparation de la Convention*, de Fantin-Désodoard. Respondendo às explicações dadas pelos polemistas contra-revolucionários, o autor procurava justificar a política dos Girondinos, cujos sobreviventes estavam no poder quando o livro surgiu.

Durante o império os dois principais historiadores da Revolução foram Lacroix e Toulangeon. O primeiro era muito conhecido por haver tomado posição favorável aos "Clichyens", sob o Diretório. Suas diatribes contra os jacobinos, contra Bonaparte e a política italiana do Diretório, no jornal *Les nouvelles politiques*, levaram-no a julgamento e prisão depois do golpe de estado de 18 Frutidor, tendo sido colocado em liberdade dois anos depois, quando Fouché, em agôsto de 1799, precisou de sua pena para retomar a luta contra o jacobinismo renascente (6).

O *Précis* de Lacroix, que depois foi seguido de uma *Histoire du Consulat et de l'Empire*, obteve sucesso maior quando seu autor tornou-se personagem oficial, censor imperial, depois real, e membro da Academia francesa em 1811. Sob a restauração, Lacroix remanejou e ampliou o seu *Précis* e fêz uma *Histoire de la Révolution française* em 8 volumes, na verdade, uma arenga elegante e apaixonada contra a Revolução, em que qualquer citação, qualquer precisão foi rigorosamente excluída e em que os próprios discursos dos oradores revolucionários, que ocupam uma boa metade da obra, não foram reproduzidos, mas inteiramente imaginados.

O segundo, Toulangeon, contemporâneo de Lacroix, escreveu em outra condição de espírito e com método diverso. Era um nobre

(6). — Não é preciso dizer que o *Précis historique de la Révolution française* (Paris, 1801, 1803, 1806, 5 vol., in 8º) estava impregnado dessas idéias.

liberal que havia participado da Assembléa Constituinte e que via as coisas do alto com certo ceticismo (7).

Realmente, pela primeira vez, um historiador da Revolução trabalhava sobre documentos inéditos, e Toulangeon publicou em alguns de seus volumes documentos particularmente importantes. Seu livro não é uma obra retórica, nem um panfleto político e visava a imparcialidade. Sólido, antigo soldado, êle insistiu sobre os acontecimentos militares; nêsse aspecto teve grande influência sobre Thiers. Sua exposição não é puramente narrativa porque êle procurou explicar as causas dos principais acontecimentos, seja fazendo um apêlo à reflexão pessoal, seja com inquéritos feitos as testemunhas ainda vivas. Toulangeon aparece como precursor da escola histórica científica que estudou a Revolução em fins do século XIX.

Mais que Toulangeon, foi Madame de Staël quem deu a melhor resposta aos corifeus da contra-revolução. Em *Considérations sur les principaux évènements de la Révolution française*, escrita sob o Império mas publicada somente em 1818, dois anos depois da morte da autora, há admiração e elogios a Necker, pai de Germaine de Staël. Entretanto, há nela a primeira explicação racional das causas da Revolução: decadência do Antigo Regime, crise financeira e renascimento da opinião pública. Se Madame de Staël era bem hostil à Convenção, mesmo assim mostrou com muita perspicácia como a Revolução encaminhou-se para a ditadura militar. Mas a obra apareceu em uma época em que as condições gerais da Europa eram outras — depois de 1815 a reação triunfava. Os herdeiros de Burke, de Joseph de Maistre, de Louis de Bonald, do abade Barruel estavam no poder na maioria dos Estados, e seus adversários esforçavam-se por defender a Revolução, fazendo apologia de sua obra global e sobretudo de sua obra política. Nessas condições apareceram as grandes obras sobre — e pela — Revolução, entre 1815 e 1850. Essas obras insistiram essencialmente sobre o aspecto político da Revolução, sobre as lutas desenvolvidas em Paris entre os partidos e as facções para apoderarem-se do poder. São as Histórias políticas da Revolução “vista do alto”.

* * *

(7). — Êle começou a publicar em 1801 uma *Histoire de France depuis la révolution de 1789, écrite d'après les mémoires et manuscrits contemporains recueillis dans les dépôts civils et militaires* (Paris, 1801-1810, 4 vol. in 4°).

II. — OS PROBLEMAS POLÍTICOS OU “A REVOLUÇÃO VISTA DO ALTO”.

a). — Os polemistas franceses liberais. No primeiro plano, entre os historiadores franceses liberais, está Adolphe Thiers. Os dez volumes da sua *Histoire de la Révolution française*, aparecidos entre 1823 e 1827, foram lidos com avidez pela sociedade liberal e teve numerosas edições, sobretudo após as edições das obras análogas de Michelet e Louis Blanc em 1848, que não impediram a obra de Thiers de ter ainda uma 16ª edição em 1886.

“Thiers — escreveu A. Aulard — fez a história da Revolução cair no domínio público e na literatura clássica”.

Thiers nasceu em Marselha em 1797 e não vivera os acontecimentos que narrava, que eram documentados, não para fazer obra científica, mas por dever de jornalista, porque o *Constitutionnel*, jornal liberal no qual trabalhava, esforçava-se em opor seu ponto de vista às diatribes contra-revolucionárias inspiradas em Burke, de Maistre ou de Bonald e publicadas nos jornais e panfletos de direita. No prefácio de sua obra, Thiers escreveu:

“A história da Revolução não foi escrita senão por contemporâneos... é tempo dos escritores pertencentes à geração atual e que não têm pela Revolução senão o interesse comum da justiça e da liberdade finalmente passarem para o campo dos historiadores dessa época memorável...”.

De fato não foi a narração histórica que determinou o sucesso do livro, mas as suas tendências políticas: o elogio da monarquia constitucional de 1791 podia ser contraposta às tentativas absolutistas de Carlos X em 1823 e a objetividade com a qual Thiers reconstruía em 1826 a história do processo de Luís XVI e do Terror tinha um tom de efetiva provocação.

A *História da Revolução* de Thiers era de resto, para a época, notavelmente rigorosa, pois a narração baseava-se, pelo menos nos dois primeiros volumes, sobre numerosos documentos. Mais ainda, Thiers conduziu um inquérito, entrevistando pessoas sobreviventes da época da Revolução.

A obra de Thiers permanece como essencialmente narrativa. Da Revolução êle mostra sobretudo três aspectos: a luta política parisiense, sobretudo os debates dentro da Assembléia; as operações militares, elemento que representava algo de nôvo numa obra destinada ao grande público; enfim, os problemas financeiros sobre os quais fôra informado pelo barão Luís e que êle enfrentava com grande com-

petência. As causas dos grandes acontecimentos por êle descritos são às vêzes analisados superficialmente. Apesar de suas imperfeições, a *História da Revolução* de Thiers teve influência profunda e duradoura: colocou em primeiro plano o autor e não devemos esquecer que foi lendo essa *História*, no Segundo Império, o jovem Ernest Hamel, que havia recebido uma educação conservadora tornou-se democrático e pôs-se a escrever uma *História de Saint-Just*. O próprio Anatole France dirá ainda em 1887:

“Reabri êste livro de minha juventude e confesso que a êle permaneci estreitamente interessado e devo ir até o final...”.

Mignet, compatriota e amigo de Thiers, publicou em 1824 uma *Histoire de la Révolution*, mas apenas em dois volumes. Melhor que Thiers êle explicava que a concatenação das diversas fases da Revolução era dada por uma espécie de fatalidade. Mignet teve outro mérito: o de colocar em relêvo que a Revolução não acabou com 18 Brumário, mas continuou sob o Consulado e o Império, embora naturalmente não visse o epílogo em Waterloo. Como Thiers, Mignet escreveu uma história política, num estilo mais frio e compassado que o de Thiers, pois adotando o próprio ponto de vista da burguesia liberal, não atacava o espírito do leitor. A obra de Mignet não suscitou as vocações históricas ou políticas provocadas pela de Thiers. Por outro lado êle abandonou rapidamente as grandes sínteses históricas para dedicar-se à erudição, da qual foi na França um dos renovadores.

Thiers e Mignet, em seus estudos, limitaram a leitura ao *Moniteur* e algumas memórias, e a consulta de algumas testemunhas. Ignoravam a massa dos documentos acumulados nas bibliotecas e nos arquivos, que foram revelados ao público na gigantesca *Histoire parlementaire de la Révolution française* que Buchez e Roux começaram a publicar em 1833 e que compreende bem uns 40 volumes. Não devemos esquecer que um dos autôres, Buchez, teve parte importante na origem do socialismo cristão. Essas tendências se revelam sobretudo nos prefácios dos volumes, alguns dos quais provocaram verdadeiros escândalos e foram qualificados de “reabilitações dos grandes delitos históricos”. Buchez sustentou que a Constituinte não realizara sua tarefa porque não soubera “pôr um princípio de socialização” e constituir um corpo doutrinário que pudesse “unir” os homens num sistema de pensamento comum; fêz o elogio de Robespierre, que tentou, por meio do culto do Ser Supremo, dar fundamento à idéia da fraternidade e do sacrifício. Em verdade, a obra é mais uma vasta coleção de documentos que uma história: aí se encontram empilhados artigos de jornais, panfletos, memórias, verbais da Comuna e das

“sessões” de Paris e discursos pronunciados na Assembléa revolucionária ou no clube dos jacobinos. Foi a publicação dessa compilação que orientou os historiadores para a pesquisa em arquivos e o primeiro que a fez largamente foi Jules Michelet.

Jules Michelet reunia as profissões e as qualidades de professor, arquivista, erudito e poeta. Como professor ensinou desde a idade de 28 anos na Escola Normal Superior, na Sorbone e no Colégio de França; como arquivista foi nomeado em 1830, com 32 anos, chefe das seções dos arquivos nacionais; como erudito utilizou um grande número de fontes inéditas que criticou com grande sabedoria, mas como poeta freqüentemente deixa-se levar pela inspiração. Dizia que para êle a história era uma “ressureição”, e geralmente diz-se que sua reconstrução dos fatos era devida mais à imaginação que a documentação, o que não é verdade. A sua grande sensibilidade o ajudou a compreender melhor os acontecimentos e a descrevê-los com maior vivacidade, mas sem abandonar as regras gerais do método histórico. Michelet, cujo pai era um pequeno impressor arruinado pela censura imposta por Bonaparte sôbre a imprensa em 1800, pertencia, por suas origens, a uma das classes que mais havia contribuído para a Revolução, a dos *sans-culotte*, “sentindo” as aspirações profundas do “povo” — ou do que êle chama o povo — melhor que qualquer outro de seus predecessores na historiografia revolucionária.

Em 1847 Michelet publicou o primeiro volume de sua *Histoire de la Révolution*, que era só uma parte da vasta *Histoire de France* da qual êle já havia escrito a parte sôbre a Idade Média. A *História da Revolução* de Michelet, que vai até a queda de Robespierre, compreendia em sua primeira edição 7 volumes in 8º e foi terminada em 1853. Claro que Michelet não escondia sua admiração pela Revolução, ou ao menos, por certos revolucionários e em particular pelos seguidores de Danton, que encarnavam, a seus olhos, o patriotismo da nova França. Sua informação é vasta e nova, utilizando três tipos de fontes: os documentos impressos, as fontes manuscritas e a tradição oral. Entre os documentos impressos que utilizou, os textos que mais freqüentemente cita foram aquêles que Buchez e Roux iam editando, sabendo criticá-los com vivacidade, pois os dois homens, socialistas cristãos e admiradores de Robespierre, professavam idéias diferentes das suas. Michelet serviu-se também do *Moniteur*, da *Révolutions de Paris* e das memórias que estavam sendo publicadas em número considerável na época em que escrevia. Consultou as fontes manuscritas nos arquivos parisienses, naturalmente nos arquivos nacionais, dos quais era diretor, e também no arquivo do Sena, hoje desaparecido pelo incêndio de 1871. Nêsse aspecto sua obra tem valor excepcional, porque é baseada em documentos aos quais

é quase impossível recorrer, em especial os registros das deliberações da Comuna de Paris, os verbais das sessões “parisienses” ou aquêles de certos clubes, como o clube dos cordoeiros.

Infelizmente Michelet desdenhava a “ostentação” de referências precisas, e é difícil encontrar em sua obra um traço exato dos documentos consultados. Quanto às notas tiradas desses documentos foram queimadas por sua viúva.

Michelet, enfim, refere-se também ao que chamamos a “tradição oral”. Não que êle, como Thiers, tenha interrogado alguns dos participantes ainda vivos da época revolucionária, mas perguntou ao “povo” que, segundo êle, não erra nunca em suas impressões. Perguntava: “Quem causou a Revolução?” “Voltaire, Rousseau”; “Quem começou a Revolução?” “Mirabeau”; “Quais foram os inimigos da Revolução?” “Pitt e Coburgo”; “E quem mais?” “Os Goddenc os ingleses) e os Calotin (clericais)”; “Quem alterou a Revolução?” “Marat e Robespierre”. Isto foi suficiente para Michelet afirmar que êste “catecismo histórico é o de *todos os habitantes do campo e da maior parte dos habitantes da cidade*”. E’ claro que trata-se de generalização prematura e sem valor científico, e há necessidade de duvidar-se da “tradição oral” contada por Michelet, saber se em certos casos êle pode encontrar-se com pessoas que lhe deram recordações mais precisas, impressões sôbre Marat e Jacques Roux, por exemplo. A admiração total, absoluta, que Michelet professava pelo “povo”, freqüentemente o cegava: falava de seu senso de direito e de justiça sem aprofundar-se, e mais ainda, não estudou a vida dêsse povo que invocava sem interrupção, e não distinguia as diversas categorias sociais que o compõem, excluindo dêle os jornalheiros agrícolas e urbanos, isto é, os proletários que constituíam a massa. A *História da Revolução francesa* de Michelet permanece ainda, apesar da vasta documentação da qual se serviu, muito subjetiva. Vale sobretudo por seu estilo incomparável, por sua eloquência dominante, por seu generoso idealismo. Michelet revelou vocações, mas não teve discípulos, pois um poeta não os pode ter.

No mesmo ano em que apareceu o primeiro volume da *História da Revolução francesa* de Michelet, foram postas à venda outras duas obras sôbre o mesmo assunto: a *Histoire des Girondins*, de Lamartine (8) e a *Histoire de la Révolution* de Louis Blanc (9). Mais poeta e menos teórico que Michelet, Lamartine escreveu uma obra de circunstância em que os êrros pululam: tratava-se de justificar as aspirações da burguesia liberal para uma república moderada, e contudo a documentação da qual serviu-se foi menos sumária do

(8). — 1847-1848, 8 vol. in 8º.

(9). — 1847-1862, 12 vol. in 8º.

que tem-se dito. Consultou não apenas as memórias que estavam sendo publicadas, mas também manuscritos inéditos, e apesar disso, freqüentemente, contentou-se com informações mediocres, as quais sua imaginação transfigurou, deformando-as ainda mais, como por exemplo, a narração dos massacres de setembro de 1792 em Reims, que não têm nenhuma ligação com a realidade, e a famosa última cena dos Girondinos, que é sem fundamento histórico.

A obra de Louis Blanc é totalmente diferente. Embora não fôsse historiador de profissão, e como Lamartine, escrevesse uma obra de momento, destinada a glorificar a Revolução montanhesa e as concessões de Robespierre, retomou uma tradição inaugurada por Buonarroti com a sua *Conjuration de l'Egalité* (1828) e continuada pelos "socialistas"; Laponneraye (*Histoire de la Révolution française*, 1838), Tissot (*Histoire de Robespierre*, 1844), Cabet (*Histoire des Montagnards*, 1848). Contudo, diferentemente deles, Louis Blanc se preocupou em fundamentar sua obra sobre documentação precisa. Proscrito em 1849, escreveu a maior parte dela em Londres, utilizando as riquezas conservadas no *British Museum*. Esta circunstância, embora limitando naturalmente o campo de suas indagações, colocou-o em contato com fontes até então ignoradas pelos historiadores — em particular os documentos relativos à emigração e a insurreição vendéana. Louis Blanc teve, por outro lado, maior respeito pelas fontes que seus predecessores, mesmo quando, como Michelet, fôssem historiadores qualificados; foi o primeiro historiador da Revolução que citou, para qualquer fato, a fonte em uma nota colocada ao fim da página, exemplo que deveria ser seguido correntemente vários anos depois. Como as outras, a história de Louis Blanc permanece comum e essencialmente política, e apesar das idéias "socialistas" de seu autor, não reservou aos problemas econômicos senão um mínimo lugar.

Também Edgar Quinet, que publicou, em 1865, uma obra em dois volumes, denominada *La Révolution* (10), está no mesmo caso. Nascido em 1803 e falecido em 1875, Edgar Quinet era, como Michelet, professor no Colégio de França. Após o golpe de estado de 2 de dezembro de 1851 foi exilado, e pôs-se a escrever em Bruxelas uma *Philosophie de l'histoire de France*, publicada na *Revue des Deux Mondes*, em 1855. Esse estudo deveria servir de introdução a uma *Philosophie de l'histoire de la Révolution*, que abreviada tornou-se *La Révolution*: trata-se ao mesmo tempo de obra filosófica, de história, de epopéia e de panfleto, que deveria compreender todo o período de 1789 até a queda do Império, e ter por epílogo um estudo sobre *La Campagne de 1815*, aparecido em 1861; mas Quinet

(10). — Tradução italiana de A. Galante Garrone, Turim, 2 vol., 1953.

parou seu estudo em 18 de Brumário. Não devemos esquecer que seu livro foi escrito no exílio, na Bélgica e Suíça, e só consultou, para Quinet a história da França era uma longa luta pela liberdade, e o *Moniteur*. Com efeito, Quinet não pretendia trazer elementos precisos sobre os acontecimentos da Revolução, mas reflexões, o que transformou seu livro em manifesto contra o Segundo Império. Para Quinet a história da França era uma longa luta pela liberdade, não podia reduzir-se àquela das conquistas materiais e jurídicas, as supressões dos privilégios feudais, a das transferências de riquezas de uma classe à outra. Só a conquista e defesa da liberdade explicam, segundo Quinet, a Revolução; e mostra-se tão hostil ao despotismo do Antigo Regime, do qual exagerou o caráter, quanto ao Terror, do qual não compreendeu as causas. Do ponto de vista moral, voltou-se contra os homens que se firmaram por suas numerosas retrações, contra os terroristas que tornaram-se dóceis servidores do imperador, contra todos os que sacrificaram suas idéias por medo.

“É quase impossível — escreveu — que homens que cederam ao medo possam agora servir à liberdade”.

Se Quinet não tem posição análoga a de Michelet, tem contudo, como êle, o sentido das funções da massa popular e da importância excessiva atribuída por alguns historiadores aos “grandes homens”. Gostava de citar a frase de Anacharsis Clootz: “França, guarda-te dos indivíduos!” Aconselhava o abandono do tipo de hagiografia que caracterizava até então a história da Revolução, e só assim poder-se-ia julgá-la com maior imparcialidade.

b). — Os historiadores do século XIX hostis à Revolução. Se em França os melhores historiadores eram, nos primeiros três quartos do século XIX, liberais que esforçavam-se por defender, no exterior, ao contrário, encontramos os ataques mais virulentos e mais sólidos contra a Revolução. Nós consideraremos somente, a obra do inglês Carlyle e do alemão von Sybel.

The French Revolution de Thomas Carlyle (3 vol. in 8º) apareceu em 1837. Carlyle, nascido na Escócia em 1795, era ministro protestante e professor. Calvinista puritano, mostra-se hostil ao racionalismo, ao materialismo, ao capitalismo. Mas, como Michelet, ao qual é freqüentemente comparado, possuía temperamento de poeta, e assim para êle, o “povo” está em primeiro plano, e também em sua história. Sobre a Revolução francesa documentou-se tanto quanto um inglês poderia fazê-lo naquela época: leu tôdas as memórias publicadas, os jornais mais importantes, a obra de Toulangeon e a de Buchez e Roux; procurava não afirmar nada que não fôsse baseado em provas. Contudo, era Carlyle um homem apaixonado, odiando o racionalismo, que produziu o direito do homem e a igualdade — o

que produziu o direito do homem e a igualdade — que era uma utopia para êle: Robespierre era uma “fórmula” feita homem. Sua paixão não o cegou a ponto de não compreender, e procurou sempre explicar, mostrar a proporção das coisas na perspectiva histórica. Assim, a propósito das vítimas do Terror escreveu:

“Abata-se dez vêzes mais, mas seguindo a regra e sôbre o campo de batalha e vós tereis uma vitória gloriosa, com um Te Deum...”.

Devemos acrescentar que o humor inato e mesmo comum de Carlyle aumentava a popularidade do seu livro, que teve sucesso extraordinário, não apenas nos países anglo-saxões, mas em tôda Europa, que o leu no texto original ou traduzido.

O alemão von Sybel, diferentemente de Carlyle, era um historiador de profissão e um erudito, professor em diversas Universidades e depois diretor dos arquivos prussianos, e escreveu uma *Geschichte der Revolutionzeit*. A primeira parte, que, publicada em três volumes entre 1853 e 1858, fechava-se em 1795, apareceu quase na mesma época das grandes obras de Michelet e Louis Blanc. Von Sybel foi o primeiro historiador que procurou estudar a Revolução francesa do ponto de vista internacional, mas escreveu uma história essencialmente “diplomática”, na qual prevaleceu a perspectiva prussiana. Todavia, sua obra era sèriamente documentada: Sybel serviu-se não sòmente dos documentos encontrados nos arquivos alemães, mas também dos arquivos de Paris, Londres e Viena.

A Revolução, segundo êle, destruiu irremediavelmente o Estado, e lamentava porque, prussiano, tinha admiração pelo Estado forte. No que concerne à política internacional, fêz cair o pêso da responsabilidade da guerra sôbre os Girondinos, que romperam imprudentemente o equilíbrio europeu construído no Antigo Regime. A segunda parte da obra, escrita quase vinte anos depois, na atmosfera de Sadowa e Sedan, é ainda mais violentamente hostil à política exterior da França, e não se mostra favorável nem à Áustria nem à Inglaterra. Constitui, apesar disso, um bom estudo geral sôbre a Revolução e foi o primeiro que se baseou na história diplomática e sôbre tantos documentos de arquivos.

Nessa mesma época Hyppolite Taine publicou na França as suas *Origines de la France Contemporaine* (11) que constituiu a arenga mais violenta que um historiador havia escrito contra a Revolução, tanto que foi chamado de o “grande livro da reação francesa”. Antes de 1870 Taine era conhecido por numerosa e brilhante obra de crítica literária e de filosofia. Impressionado com a Comuna de Paris de

(11). — 5 volumes. Paris, 1875-1893.

1871, decidiu estudar as causas longínquas e voltou seu pensamento até a queda do Antigo Regime. Estudou assim a Revolução e levou seu estudo até 1808, época em que, segundo êle, fôra estabelecida a maior parte das instituições contemporâneas.

De origem burguesa, Taine tinha um espírito liberal e independente. No princípio do Segundo Império fôra muito perseguido na Universidade, por causa de suas opiniões políticas e religiosas. Dotado de inteligência superior, tinha tôdas as qualidades e ainda todos os defeitos de um intelectual puro, acrescidos de extrema sensibilidade, o que explica sua atitude perante a Comuna de 1871; e essa sensibilidade quase paralizava sua inteligência. Iniciou o estudo da Revolução de partido tomado: sòmente os “notáveis”, pensava, são capazes de governar, enquanto o povo, se quer intervir na condução do Estado, não pode senão provocar uma tremenda anarquia. A Inglaterra representava para êle o país modêlo, a França revolucionária, sua antípoda. Por que? Antes de tudo porque os seus reis, de Luís XIV em diante, colocaram-se em campo para aumentar a centralização, eliminando da administração os notáveis provinciais. A Revolução prosseguiu a obra da monarquia, suprimindo a nobreza, e o povo mostrou-se incapaz de governar: Taine não lhe poupou sarcasmos. Napoleão, com suas instituições, sobretudo o Código Civil, reforçou a obra da Revolução e manteve um estado de coisas que produziu as revoluções do século XIX e enfim a Comuna. . .

A obra de Taine, escrita de maneira digna de nota, teve magnífico sucesso e influência que ainda hoje está longe de ter desaparecido. Uma das razões dêsse sucesso foi a considerável documentação sôbre a qual pareceu fundamentada.

Numerosas referências a documentos de arquivo pareciam provar-lhe a solidez. Mais tarde, Aulard escreveu um livro para demonstrar que isso não era senão vã aparência, que Taine havia truncado ou mal interpretado muitos documentos, e sobretudo que não havia lido senão uma mínima parte dos documentos que lhe teria sido indispensável conhecer para escrever uma obra bem informada. Mas críticas análogas foram logo em seguidas formuladas contra o próprio Aulard. Com efeito, se Taine tivesse querido recolher uma documentação “completa”, não poderia escrever seu livro com sucesso. Êle procedeu por “sondagens”, como se diz hoje. O que lhe pode ser reprovado é de haver recorrido de preferência aos documentos favoráveis a sua tese:

“Taine é materialmente incapaz — escreveu Aulard — de ver nos documentos o que não lhe interessa. Não digamos que êle eliminou os tetemunhos contrários, êle os evitou. O documento não lhe fala: é êle quem fala, sempre, ao documento. . .”.

Taine tinha o defeito de generalizar muito rapidamente.

Também é reprovado a Taine, e isso é mais grave, o fato de não haver escrito senão uma história interna. Não viu que a Revolução francesa não era senão um aspecto de uma revolução infinitamente maior, e ainda menos viu que a evolução interna da Revolução ligava-se a circunstâncias externas. A isso os sustentadores de Taine replicaram que levar em conta as “circunstâncias” queria dizer adotar a tese oficial dos governos no poder, e a polêmica não terminou ainda.

Taine, contudo, contou a história da Revolução de novos pontos de vista, que ninguém contestou: demonstrou que a história não era essencialmente parisiense, mas também provinciana; não somente política, mas também econômica e social. De outro lado, no seu ódio pelos revolucionários, Taine viu com exatidão que estavam entre eles muitos homens desclassificados, despossuídos e selvagens, mas ainda aí a questão foi estudada perto do ponto de vista sociológico e estatístico. De fato, Taine demonstrou que esses homens, que constituíam uma multidão, não reagiam nela do mesmo modo que reagiam quando estavam isolados, e foi um dos primeiros historiadores a estudar a psicologia coletiva; mas o fez com posição tomada e superficialmente. Taine foi assim um “resvalador” de problemas, não um mestre e, como Michelet, não teve discípulos. Mas os defeitos de sua obra fizeram sentir que era urgente fazer entrar a história da Revolução francesa na fase científica, fornecer aos historiadores os instrumentos de trabalho de que tinham necessidade, estabelecer com pesquisa erudita, de acôrdo com planos a longo prazo, a verdade sobre questões controversas. Não havia sido terminada a publicação das *Origens* de Taine, quando a história da Revolução francesa entrou numa nova fase.

*

c). — A aplicação dos métodos científicos na história política da Revolução. A partir de 1887, com a publicação da revista *La Révolution française* organizou-se um trabalho coletivo visando à pesquisa científica sobre a história da Revolução. Os historiadores continuaram a escrever grandes sínteses e julgavam definitivas aquelas publicadas por seus predecessores, sustentando que escreviam a história da Revolução francesa com a mesma serenidade com que haveriam escrito a “das revoluções de Atenas ou Florença”. Mas não apenas nos livros lançados vemos a reprovação à parcialidade e partido tomado por Thiers, Michelet ou Taine. Esse período não se distingue do precedente pela natureza das sínteses publicadas, mas muito mais pelo caráter da pesquisa, organizada de modo cada vez mais coletivo e científico.

Na origem dessa renovação dos métodos está a conjugação entre a influência da ciência histórica alemã, o triunfo dos republicanos na França em 1879 e a celebração do centenário da Revolução em 1889. Depois da derrota de 1870, os franceses ansiosos de conhecerem as causas puseram-se a estudar a Alemanha. Os historiadores, em particular Renan e Lavisse, haviam mostrado a ciência alemã, que applicava os métodos críticos da filosofia, estava em vantagem com relação à ciência francesa. Os novos métodos foram applicados inicialmente na história antiga e na história medieval. Mas a consolidação dos republicanos no poder na França depois da vitória eleitoral de 1877 e a necessidade de celebrar o próximo centenário de 1789, induziram o governo a favorecer os estudos sobre a história da Revolução. Em 1881 foi criada uma comissão encarregada de preparar o centenário da Revolução. Em 1889 ela transformou-se em “Sociedade para a história da Revolução francesa”, e esta adotou novos métodos de pesquisa científica, em parte importados da Alemanha. A sua revista, *La Révolution française*, fundada em 1881, tomou lugar, a partir de 1886, quando tornou-se diretor Alphonse Aulard, entre as melhores revistas históricas. No mesmo ano o ministério de Instrução pública criou uma “Comissão encarregada de pesquisar e publicar dos documentos históricos relativos à Revolução de 1789”, que deveria começar em 1889, sob direção de Aulard, o monumental *Recueil des actes du Comité de Salut public*, compreendendo 28 volumes. Por outro lado, a cidade de Paris instituiu uma “Comissão encarregada de pesquisar e publicar os documentos inéditos relativos à história de Paris durante a Revolução francesa”.

Nêsse mesmo período foi criada na Sorbonne por parte do Estado e da cidade de Paris, uma cadeira de História da Revolução francesa (1886), e seu primeiro titular foi Alphonse Aulard.

Alphonse Aulard nascera em 1846; era filho de um professor de filosofia e seguiu a carreira de seu pai: Liceu Louis-le-Grand, em Paris, Colégio Sainte Barbe, Escola Normal Superior. Ele escreveu uma tese de doutorado sobre Giacomo Leopardi (1877). Mas era atraído pela Revolução francesa desde a idade de quatro anos, quando havia visto o membro da Convenção Thibaudeau, e esse contato com o veterano da Revolução lhe deixara profunda impressão. Em 1882 publicou uma obra sobre *Les orateurs de la Constituante, de la Législative, de la Convention*. Aplicou no estudo dos grandes revolucionários os procedimentos científicos recentemente introduzidos na França e foi esse livro que atraiu sobre ele a atenção dos historiadores, e por esse motivo foi nomeado professor encarregado do curso de história da Revolução em Paris. Sua primeira conferência teve lugar a 12 de março de 1866 em atmosfera tensa — temia-se manifes-

tações, mas não houve nenhuma. Aulard expôs seu programa, rigorosamente objetivo e científico:

“Se vem a êsse curso, disse, um inimigo da Revolução, convicto que ela foi no desenvolvimento da França um acidente doloroso e inevitável, agiremos de modo que essa pessoa, se possuir o gôsto da ciência, possa encontrar em nossa pesquisa a satisfação de sua curiosidade; agiremos de modo que ela se sinta segura, incentivada ao estudo da sinceridade de nosso método; e se alguém ficasse com a idéia de escrever um livro sério, baseado sôbre bons documentos, mesmo que êsse livro exprimisse opiniões contrárias às nossas, êsse efeito de nosso ensinamento seria para nós um título de honra e de sucesso”.

Aulard preocupou-se em difundir os métodos eruditos que os historiadores alemães empregavam há alguns decênios: atingir sempre a fonte, não dizer nada de que não se soubesse a origem, não escrever nada sem ter provas, apresentar os dados de maneira imparcial e objetiva — essas eram as principais regras que êle procurou inculcar em seus alunos. A obra de Aulard pode ser dividida em duas partes. Uma, as publicações dos documentos segundo um método que levantou certas críticas, mas que, devemos reconhecer, prestou e continuou a prestar imensos serviços aos historiadores. Outra parte são os estudos, bastante numerosos, dos quais Aulard procurou fazer uma síntese na *Histoire politique de la Révolution française*, publicada em 1901. Essa obra não escapou, como a de Taine, a numerosas críticas. Constatou-se antes de tudo que tratava-se, como as que a haviam precedido, de uma história exclusivamente “política”. Reprovou-se a Aulard a constante tomada de partido em favor de Danton e seus amigos contra Robespierre e seu grupo. No fundo, êsse livro é a história da idéia republicana na França de 1789 a 1799. Aulard exerceu influência maior com seu ensino, com sua revista e com suas publicações eruditas, do que com sua obra, superada pela ciência histórica no momento mesmo em que foi publicada.

Aulard, que ensinou durante quase quarenta anos na Sorbonne, teve numerosos discípulos, mas aquêle que deveria exercer a maior influência sôbre a historiografia da Revolução francêsã durante o primeiro têrço do século XX foi Albert Mathiez.

Diferentemente de Aulard e pela primeira vez entre os historiadores da Revolução, Albert Mathiez era um “especialista”. Nascido em 1874, entrou na Escola Normal Superior em 1894, e saiu três anos depois *agregé* de história, e em sua primeira publicação enfrentou a história da Revolução: tratava-se de um *Étude critique sur les journées des 5 et 6 octobre 1789*, que apareceu na *Revue Historique* de 1898 e 1899. Desde então Mathiez, além do ensino que exerceu a

partir de 1908 em várias universidades, com seus numerosos estudos, consagrou-se de corpo e alma à história da Revolução. A originalidade de Mathiez está no fato de que, diferentemente de seu mestre, não se limitou a considerar a história política. Dedicou a sua tese de doutorado à história religiosa da Revolução — da qual falaremos mais tarde — enquanto no último decênio de sua vida dedicou-se ao estudo dos problemas econômicos e sociais. Nem por isso a história política deixou de ser o centro da obra de Mathiez e seus estudos políticos são característicos da importância que atribuiu à personagem de Robespierre, e as lutas entre partidos e facções na Assembléia revolucionária, em particular ao conflito entre Girondinos e Montanheses.

Foi através da história religiosa que Mathiez entrou em contato, pela primeira vez, com Robespierre: o estudo dos cultos revolucionários levava Mathiez a ocupar-se do culto do “Ser Supremo”, e de seu fundador, Robespierre.

Desde então Robespierre tornou-se o centro dos estudos de Mathiez. Em 1908, fundou a “Sociedade para os estudos sobre Robespierre” e publicou os *Annales révolutionnaires*. Seu espírito, naturalmente suspeito, sentia-se à vontade em meio às lutas políticas entre a rivalidade pessoal dos Girondinos, dos seguidores de Danton e os de Robespierre; seguia êle a trama com a minúcia de juiz instrutor e de erudito e publicou regularmente o resultado de suas pesquisas, primeiro em sua revista, depois em volumes.

Para Aulard os Montanheses e os Girondinos chocaram-se, na Convenção, sobretudo por causa de suas concessões na posição de Paris: segundo êle, os Montanheses queriam que Paris tivesse uma posição maior na França e os Girondinos, ao contrário, queriam reduzir a capital a “80% de influência” (12). Assim, os primeiros eram “centralistas”, os segundos “federalistas”. A essa concepção puramente política da hostilidade entre Girondinos e Montanheses, Mathiez substituiu-a pela de um antagonismo social: os Girondinos pertenciam sobretudo à alta burguesia negociante, os Montanheses eram em grande parte advogados, pequenos comerciantes, artesãos (13). Esta concepção foi recentemente criticada por um historiador inglês, M. J. Sydenham, que procurou demonstrar que os Girondinos e os Montanheses provinham dos mesmos grupos sociais (14). Sem dúvida, não é possível aceitar ao pé da letra a interpretação de Mathiez. E' indispensável estabelecer as *nuances*: diferenças de tem-

(12). — *Histoire politique de la Révolution française*, capítulo VII.

(13). — *De la véritable nature de l'opposition entre les Girondins et les Montagnards*, in “*Annales Révolutionnaires*”, 1923, p. 177-179, e *Girondins et Montagnards*, Paris, 1930, cap. I.

(14). — *The Girondins*, Londres, 1961.

peramento, de carreira, de ambição podem estar na origem da tomada de posições políticas diversas. A. Mathiez deu um grande passo no caminho da história da Revolução, introduzindo a noção de posição social no estudo das atitudes políticas.

Mathiez adotou o próprio método para explicar o conflito que opôs Robespierre e Danton. Mas porque os dois homens possuíam, no princípio do século, seguidores encarniçados, a contestação que deveria permanecer no terreno puramente científico, degenerou e tomou proporções excessivas, influenciando a política. Os radicais, com Aulard, sustentaram em geral Danton; os socialistas, com Mathiez, mostraram-se partidários de Robespierre. O “robepierrista” Mathiez atacou com violência que ultrapassou os limites da disputa acadêmica seu antigo mestre, o “dantonista” Aulard. Por vinte e cinco anos a revista *La Révolution française* sustentou o ponto de vista dos dantonistas, enquanto a *Société des études robespierristes* e seu órgão, os *Annales révolutionnaires*, fundados em 1908 e transformados em 1924 em *Annales historiques de la Révolution française*, defendiam Robespierre. Depois da morte de Aulard (1928) e da de Mathiez (1930) a disputa terminou. Quais foram seus motivos? Mathiez reprovava a Danton sua venalidade, sua corrupção, acusava-o de ter querido salvar o rei por ocasião de seu processo e de ter tentado negociar com o inimigo na primavera de 1793, quando a França estava ameaçada. Ele opunha Danton, que não possuía senão objetivos políticos, a Robespierre, o “incorrupível”, cuja política interna tinha por intenção o melhoramento da sorte dos indigentes por nova repartição da riqueza. Aulard replicou louvando o patriotismo de Danton, que com sua energia, permitiu a espetacular retomada de setembro de 1792, e fazendo o elogio de sua “indulgência”, que opunha aos excessos dos “robepierristas” durante o Terror.

Quando as mortes de Aulard e Mathiez acalmaram as paixões, Georges Lefebvre, eleito presidente da *Sociedade para estudos sobre Robespierre* dispôs-se a colocar ponto final com serenidade e objetividade em um artigo intitulado *Sur Danton* (15). Lefebvre examinou sucessivamente um certo número de problemas relativos a Danton: a sua fortuna e em seguida a sua venalidade. Fazendo as contas precisamente de suas despesas e de seus ganhos, constatou que nesses faltavam pelo menos umas cinquenta mil libras para cobrir a primeira. Donde viera essa soma? Os testemunhos da venalidade de Danton eram numerosos e não lhes foi posta nenhuma contestação séria, e todavia Lefebvre reconheceu que existe a dúvida. Não se trata a venalidade de Danton, que é provável, como a de Mirabeau, que é provada. Não está em causa tanto a venalidade de Danton,

(15). — In *Études sur la Révolution française*, Paris, 1954, p. 25-66.

mas sobretudo o seu caráter: tudo o opunha a Robespierre. Em Danton encontra-se com a ligação dificilmente contestável à Nação, um certo realismo que passa perto da falta de escrúpulo, um apetite de prazer que contrasta com a ligação com a “virtude” de Robespierre. A política de Danton no exterior e mais ainda no interior, opunha-se, enfim àquela de Robespierre. Nós estamos em presença de dois homens, de dois temperamentos que não podiam senão chocar-se. Depois dessa notável colocação Gabriel Pioro descobriu novos documentos, graves para Danton, nas minutas notariais dos arquivos nacionais, que provam que as operações financeiras realizadas por Danton para conseguir o seu ofício de advogado perante o Conselho do Rei, em 1787, beiravam a desonestidade (16). Assim foi confirmada, vinte e dois anos depois da morte do autor, uma das posições essenciais de Albert Mathiez.

Mathiez não contentou-se de clarear êsse ou aquêlê ponto da história da Revolução. Como Aulard, procurou escrever uma síntese. Infelizmente sua morte prematura em 1932 impediu-lhe de terminá-la e o que foi publicado falha em homogeneidade. Compreende, de um lado, três pequenos volumes consagrados ao período 1787-1794(e dos quais um têrço refere-se às lutas entre Girondinos e Montanheses, durante nove meses, de 10 de agôsto de 1792 a 2 de junho de 1793 (Paris, 1922-1927; Milão 1933), e de outro lado, dois grossos volumes que estudam, um a reação termidoriana (Paris, 1929), outro o Diretório terminado a 18 de Frutidor (Paris, 1934). E' provável que, se Mathiez permanecesse vivo, tivesse retomado o que em sua idéia era sòmente um esboço. Apesar disso, com seu tom convincente e sua extrema vitalidade êsse esboço impõe-se aos historiadores e aos estudantes. Tanto quanto a Revolução de Aulard, a de Mathiez é essencialmente história política e os problemas econômicos e sociais, embora nela sejam tratados, permanecem em segundo plano. É característico notar que Mathiez não quiz ver na conspiração de Babeuf senão um esforço dos antigos terroristas para retomar o poder, e não a primeira afirmação de uma doutrina comunista, a primeira tentativa de aplicá-la não sòmente na França mas também nos países vizinhos e em particular na Holanda e na Itália. Permanece o fato que Mathiez não acreditou na lenda do “bloco” revolucionário: primeiro mostrou que a Revolução na França constituiu-se de uma série de revoltas, da revolta da nobreza em 1787 até a revolta dos termidorianos contra os seguidores de Robespierre em 1794. Melhor que todos seus predecessores, mostrou as divisões e juntou essas divisões em grandes problemas econômicos e sociais exacerbados pela guerra e pela crise econômica. Mathiez não foi

(16). — *Annales historiques de la Révolution française*, 1954, p. 324-341.

somente historiador eminente, foi também grande professor, orador convincente. Se bem que tivesse um caráter difícil, se bem que fôsse temido por seus alunos e em seu ambiente, tinha o dom de fascinar o auditório. Suscitou numerosas vocações e foi verdadeiramente um chefe de escola: foi, sem dúvida, o último dos historiadores franceses da Revolução que atribuiu tão grande importância à história política, e contudo consagrou parte importante de sua obra à história religiosa da Revolução e realizou estudos importantes no campo econômico e social.

* *
*

III. — AS QUESTÕES RELIGIOSAS.

Os problemas religiosos que ocuparam um lugar tão grande na história da Revolução atraíram desde logo a atenção dos historiadores. Tôdas as dificuldades encontradas pela Revolução francesa não foram devidas à Constituição civil do clero e sua aplicação? Os massacres de Setembro não começaram com os massacres dos padres refratários?

Em 1792 o abade Barruel, do qual já falamos, escreveu uma *Histoire du clergé pendant la Révolution française*. Trata-se de uma longa diatribe contra a Revolução, na qual procurava a causa da votação da Constituição civil e tornava responsável tôdas as classes sociais da França, nela compreendendo os membros do clero, muitos dos quais tinham-se tornado discípulo dos “filósofos” ou haviam aderido ao “jansenismo”.

O problema foi retomado com maior ou menor ênfase por todos os historiadores do século XIX: os adversários da Revolução deturpavam unânimemente as medidas religiosas por ela tomadas; os seus partidários mostravam-se mais divididos. Buchez, por exemplo, sustentava que o grande mérito de Robespierre e dos Jacobinos fôra, com a criação do culto do Ser Supremo, de haver dado os fundamentos da idéia de fraternidade e de sacrifício. Mas outros historiadores, como Michelet, não pouparam sarcasmos à festa do Ser Supremo, e a razão da criação de um culto revolucionário fugiu-lhes completamente.

Edgar Quinet atribuiu considerável importância às questões religiosas, forçosamente porque era filho de mãe protestante e pai católico; sustentava que catolicismo era incompatível com liberdade e afirmava que o fracasso da Revolução fôra consequência de sua política religiosa: os revolucionários deveriam não ter estabelecido a separação da Igreja e do Estado, mas sim substituído na França o

catolicismo por uma espécie de protestantismo. O problema tornou-se importante e atual no fim do século XIX quando na França, a partir de 1881, o Estado começou a lutar contra a Igreja, e em 1905, estabeleceu a separação da Igreja e do Estado. Começaram a ser estudadas as origens desse regime, instituído pela primeira vez na França na Convenção de 1794. Aulard consagrou numerosos estudos à política religiosa da Revolução e publicou a síntese em livro intitulado *Le christianisme et la Révolution française* (Paris, 1925): a Revolução teve o grande mérito de criar o Estado laico e de fortalecer a laicidade instituindo em particular o calendário republicano, a instituição pública baseada sobre o racionalismo e, bem entendido, a separação entre a Igreja e o Estado. Segundo Aulard, esse regime poderia ter-se mantido se Bonaparte não tivesse feito com o Papa a Concordata de 1801. Naturalmente, condenava o culto do Ser Supremo e Robespierre, que continuava a acusar de havê-lo criado. Afirmava que a massa operária e campônesa estava, em 1792, madura para a descristianização.

Não era essa a idéia de Albert Mathiez, que seguindo conselhos de Aulard havia empreendido o estudo da política religiosa da Revolução: as suas teses foram dedicadas, uma a *Theophilanthropie*, e outra *Origines des cultes révolutionnaires*.

Muitas outras obras relativas aos problemas religiosos da Revolução seguiram-se e começaram a delimitar o terreno, no qual Aulard não ousara aventurar-se. Mathiez mostrou claramente que a atitude dos revolucionários estava ligada, em matéria de religião, às profundas aspirações da massa. Foi essa opinião que, pelo que disse o próprio Mathiez, trouxe a primeira dificuldade entre êle e seu mestre Aulard, que sustentava que os cultos revolucionários não foram senão expedientes.

Por outro lado — já o dissemos — foi o estudo das concepções religiosas dos revolucionários que levou Mathiez a ocupar-se a fundo de Robespierre, organizador do culto do Ser Supremo.

O livro de Albert Mathiez (17) é essencial para o estudo da Constituição civil do clero e das reações que ela provocou. Mathiez aí desenvolveu sobretudo duas idéias: a primeira, que não é mais contestada, é a que os membros da Constituinte não concebiam a laicidade do Estado. Para êles o Estado deveria ser religioso e qualquer reforma do Estado deveria ser acompanhada de uma reforma da religião. A segunda tem sido mais discutida: para Mathiez a hostilidade do Papa Pio VI e dos bispos franceses à Constituição civil explicava-se sobretudo por sua preocupação de salvaguardar os seus interesses materiais: território pontifício de Avinhão, bens e rendas

(17). — *Rome et le clergé français sous la Constituante*, Paris, 1911.

do clero. De la Gorce contestou essa interpretação (18) e mostrou que o Papa estava preocupado antes de tudo com os interesses espirituais da Igreja. André Latreille (19) atenuou a clareza dessa conclusão: se o Papa, sustenta, preocupava-se de defender antes de tudo a religião católica que lhe parecia gravemente ameaçada pela Constituição civil, os bispos não foram entretanto firmes na sua resistência à reforma, e sua unanimidade não era senão aparente. Ele é do parecer que se a Constituição civil era inaceitável pelo Papa, era-o menos para os bispos, e menos ainda para os fiéis porque nessa época o ultramontanismo não fôra inserido ainda no dogma, como seria depois de 1870. O historiador alemão Erdmann é mais categórico, pois preocupa-se com a atitude de Pio VI (20). Contestou a opinião de Mathiez que atribuiu à questão de Avinhão a atitude contempozante do pontífice e sustentou, ao contrário, que a devolução de Avinhão não foi senão uma parte secundária na decisão do Papa. Monsenhor Leflon (21) foi mais do parecer que a Constituição civil era inaceitável pelo Papa, mas explica porque parte do clero francês aderiu a ela: analisou em outro livro, e nêsse mais longamente, a atitude importante de Emery, o superior do seminário de Saint Sulpice (22). Emery sustentava que a Constituição poderia propor a modificação da organização da Igreja, não impô-la. Mas para compreender-se a Constituição civil há necessidade de conhecer bem sua gênese. E. Préclin combateu, em sua tese (23), a opinião bastante difundida que fôra redigida pelos jansenistas: de fato veremos exercer-se sôbre ela influências muito diversas, enquanto a tendência que prevaleceu foi aquela dos

“legistas galicanos e cesaristas” que sustentavam que o soberano — então o povo — tinha “o direito exclusivo de introduzir no culto as mudanças que julgasse oportunas” (24).

No que diz respeito à aplicação da Constituição, os que a estudaram mostraram que nas regiões em que os não-católicos eram numerosos, os bispos foram eleitos logo (25). G. Pioro encontrou importantes indicações sôbre o modo em que foram consagrados os

(18). — *Histoire religieuse de la Révolution française*, Paris, 1909-1923, vol. 5.

(19). — *L'Eglise catholique et la Révolution française*, vol. I, Paris, 1946.

(20). — *Volkssouveranität und Kirche*, Colônia, 1949.

(21). — *La crise révolutionnaire, 1789-1846*, Paris, 1949.

(22). — *Monsieur Emery, l'Eglise d'ancien régime et la Révolution*, Paris, 1944.

(23). — *Les jansénistes au XVIIIe siècle et la constitution civile du clergé*, Paris, 1929.

(24). — A. Latreille, *op. cit.*, I, p. 89.

(25). — J. Levy, *Election et sacre du premier évêque constitutionnel du Haut-Rhin*, in “*Revue d'Alsace*”, 1926, p. 451-455; A. Ingold, *Grégoire et l'église constitutionnelle d'Alsace*, Paris, 1894.

primeiros bispos constitucionais (26). Os “verbais” de consagração encontrados nos arquivos notariais em Paris, mostraram que Talleyrand teve uma parte fundamental em colocar em seu posto os bispos constitucionais. Eles também revelaram em todos os detalhes o procedimento usado para sua instituição.

Quanto aos padres, discutiu-se por muito tempo e discute-se ainda hoje sobre a proporção dos que juraram e dos que não juraram. Estatísticas precisas são difíceis de estabelecer, porque muitos dos padres que juraram em seguida retrataram-se de seu juramento. O estudo estatístico realizado por Philippe Sagnac em 1906 está visivelmente errado (27): necessitar-se-ia, pelo menos, confrontá-lo com o estudo das opiniões (sobretudo religiosas) da França, realizado por A. Lajusan (28).

Não se compreenderá bem, por outro lado, a atitude da população em relação à Constituição civil e aos padres que a juraram enquanto não se multiplicarem os estudos sobre a prática religiosa, sobre a fé, estudos para os quais foi dado o esquema por G. Le Bras, mas que, em relação ao fim do século XVIII e o período revolucionário são ainda quase inexistentes (29).

Sem dúvida foi André Latreille que chegou, em obra recente, a melhor conclusão de seus estudos de história religiosa (30): todas as facções que especularam sobre a evolução do comportamento religioso dos franceses se enganaram. Os Galicanos em 1789 acreditavam estarem seguros do futuro, mas em três anos suas esperanças desapareceram. A Revolução acreditou primeiro poder criar uma igreja nacional, mas esta durou menos de 10 anos. Quanto ao culto da razão e do Ser Supremo, viveram apenas algumas semanas ou alguns meses. A Revolução demonstrou um fato: que a grande maioria dos franceses era profundamente católica e pretendia continuar a sê-lo. Mas os contra-revolucionários e, mais tarde, os ultra-realistas enganaram-se também, quando acreditaram poder governar graças a “aliança do trono e do altar”. Se os franceses eram católicos não pretendiam com isso permanecer conservadores ou ainda monarquistas, e apenas muito mais tarde a Igreja francesa deu-se conta que podia

(26). — *Institution canonique et consécration des premiers évêques constitutionnels*, in “*Annales historiques de la Révolution française*”, 1956, p. 346-380.

(27). — *Étude statistique sur le clergé constitutionnel et le clergé réfractaire en 1791*, in “*Revue d'histoire moderne et contemporaine*”, 1906, vol. VIII, p. 97-115, 252-253, 485.

(28). — *Annales* (E.S.C.), 1949, p. 404-414.

(29). — G. Le Bras, *Introduction à l'histoire de la pratique religieuse en France*, Paris, 1942-1944, 2 vol.; id., *Un programme: la géographie religieuse*, in “*Mélanges d'histoire sociale*”, 1945, p. 87-112.

(30). — A. Latreille et R. Remond, *Histoire du catholicisme en France*, Paris, 1962.

ser, ao mesmo tempo, católica e republicana. Esse êrro de juízo teve por conseqüência quase 150 anos de dificuldades e contrastes políticos e religiosos.

O estudo da história religiosa da Revolução induziu os historiadores a voltarem-se com maior atenção para o comportamento da massa. O desenvolvimento da história econômica e social deveria confirmar e ampliar essa atitude.

* *
*

IV. — A EVOLUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL OU A REVOLUÇÃO “VISTA POR BAIXO”.

Foi Karl Marx o primeiro a formular com clareza a opinião que os acontecimentos históricos eram mais influenciados pela corrente lenta e profunda das características econômicas e sociais (a infra-estrutura), que pelas decisões, por mais clamorosas que fôssem, dos homens políticos (a super-estrutura).

Todavia, idéias análogas foram expressas antes da publicação da primeira obra de Karl Marx. Um dos participantes da Revolução, Barnave, escreveu em 1792 na *Introduction à la Révolution française*, publicada pela primeira vez em 1843 (31), que o grande movimento do qual fôra testemunha fôra conseqüência, não de maquinações políticas, mas de lenta transformação da estrutura econômica e social. Na Idade Média — dizia êle — em tôda Europa houvera o regime feudal, baseado essencialmente na propriedade da terra. As grandes descobertas, a Reforma, o Renascimento tiveram por conseqüência, em certos países, o desenvolvimento da riqueza mobiliária, que é — dizia Barnave — o “elemento da democracia e o cimento da unidade dos estados”. A classe que possuía a riqueza mobiliária, a quem Barnave chamava “o povo”, mas que era em verdade a burguesia, pretendia participar do poder. Essa foi a causa fundamental da Revolução.

E’ pouco provável que Tocqueville houvesse lido Marx, não é certo que tenha folheado o livro de Barnave. Entretanto, exprimiu idéias análogas em seu livro *Ancien régime et la révolution française* publicado em 1856.

Alexis de Tocqueville já se havia distinguido pela publicação em 1836 de um estudo sociológico sôbre os Estados Unidos, *La démo-*

(31). — Republicada em Paris por F. Rude em 1960.

cracie en Amérique, que permanece, segundo o parecer geral dos americanos, como a obra mais notável que um europeu escreveu sobre os Estados Unidos.

Mas nessa época êle foi atraído pela história da Revolução, como o prova seu artigo sobre *L'état social et politique de la France avant et depuis 1789* (32). Com sua inteligência penetrante, Tocqueville soube dominar a idéia recebida da aristocracia, da qual provinha, e da magistratura, da qual havia participado. Casado com uma inglesa, aliado às suas viagens, os contatos diretos com os Estados Unidos, deputado no Parlamento, e por breve momento, em 1849 ministro do Exterior, sua experiência permitiu-lhe, mais que a outros historiadores, dedicar-se à considerações gerais. Por outro lado, não queria escrever uma nova história da Revolução.

“Indicarei os acontecimentos, sem dúvida, e os seguirei em ordem — esclareceu a um amigo — mas a minha tarefa principal não será de contá-los”.

Entre os historiadores da Revolução foi o primeiro que — como disse Georges Lefebvre, trouxe

“a síntese ao nível superior no qual a desordem dos acontecimentos desaparece e os traços gerais da evolução aparecem em plena luz...”.

Para chegar a êsse ponto Tocqueville preocupou-se contudo em documentar-se com certeza. Não parece que tenha meditado muito sobre as obras publicadas por seus contemporâneos, mas cuidou sempre de recorrer às fontes: para êle a síntese não era válida se não fôsse precedida por uma sã erudição: trabalhou na Biblioteca Nacional; nos arquivos nacionais; nos arquivos do Departamento de Indre-et-Loire; no *British Museum*, e foi um dos primeiros a examinar no *Public Record Office*, em Londres, os relatórios enviados pelos agentes britânicos na França. Não contentou-se em ler os documentos de caráter político mas, mostrando aí o lado de pioneiro, examinou os “estados das seções” e as matrizes dos tributos fundiários estabelecidos por ordem da Constituinte, comparou os registros de terras do século XVIII e final do século XIV com o cadastro contemporâneo, leu os *Cahiers de doléances de 1789* e examinou as atas da venda dos bens nacionais. Infelizmente, sua morte prematura, com 53 anos, em 1859, o impediu de terminar a grande obra que planejava. Apenas o primeiro volume foi publicado, e trata-se de um estudo sobre as causas da Revolução. Dos volumes que deveriam seguir-se, permaneceram fragmentos bem interessantes, publicados parcialmente

(32). — Publicada no mesmo ano na *London and Westminster Review*.

por Gustave de Beaumont em 1861, e com a junção de numerosos textos inéditos foram recolhidos em uma edição definitiva por André Jardin (33).

Apesar de seu aspecto parcial, a obra de Tocqueville impõe-se ao historiador por seus méritos excepcionais: em diversos campos indicou caminhos que não foram retomados senão muito tempo depois. Foi um dos primeiros a sugerir o caráter europeu ou a direção ocidental da Revolução, da qual o aspecto francês não foi senão um episódio, e sobretudo indicou a origem profunda e o caráter econômico e social. Mostrou que as idéias revolucionárias foram facilmente aceitas na Renania porque a estrutura econômica dessa região era bastante similar a da França. No que respeita a França, viu na luta secular da monarquia contra a nobreza a causa longínqua da Revolução. A monarquia aliou-se rapidamente às classes populares contra a aristocracia, e aí Tocqueville, apesar da serenidade que habitualmente demonstrava, deixou sub-entendida a proteção à classe a que pertencia, e que não pudera realizar a tarefa a que era destinada, como realizara na Inglaterra. Os reis conduziram essa luta sobretudo por meio da centralização governamental e administrativa — centralização que Revolução e Império acentuaram: essa é uma das idéias dominantes de Tocqueville que foi levada depois a todos os manuais, que, entretanto, não o seguem, quando observou que a revolta da nobreza contra o despotismo régio iniciou a Revolução francesa em 1787.

O grande mérito de Tocqueville contudo, é o de haver colocado em evidência o fato da luta de classes na evolução histórica.

“Poderiam ôpor sem dúvida — êle escreve — os indivíduos, mas eu falo das classes, pois só delas deve ocupar-se a história”.

Assim o livro de Tocqueville assume o tom de antecipação no campo da história econômica e social da Revolução. Foi necessário esperar quase cinquenta anos para que ela fôsse estudada sistematicamente. Sem dúvida alguma, os sucessores de Tocqueville intuíram o papel dos fenômenos econômicos e sociais. E' o caso, por exemplo, de von Sybel, que procurou demonstrar que a Revolução na França não fôra tanto política como social: explicando que a Revolução francesa caracterizou-se sobretudo por uma grande transferência de propriedade, tirada das classes privilegiadas e passada às mãos da burguesia e dos camponeses, enriquecidos. Mesmo Taine intuiu a importância dos problemas econômicos e escreveu que a Revolução caracterizara-se por uma transferência de riquezas, mas não aprofundou o problema.

(33). — Paris, Gallimard, 1953, vol. II, *Oeuvres Complètes* d'A. de Tocqueville.

Foi preciso iniciar-se o século XX para ser tentado um estudo sistemático da história econômica e social da Revolução baseada nos postulados marxistas. Em 1901, um homem que não era historiador de profissão, mas filósofo e grande parlamentar, Jean Jaurès, publicou o primeiro volume de sua *Histoire socialiste de la Révolution française*. Falando dos historiadores da Revolução, disse na sua introdução:

“o que faltou mesmo aos maiores, não foram precisamente os documentos, mas a vigilância e o sentido de evolução econômica da vida social profunda e agitada”.

Isso faltou sobretudo a Aulard, que só apontou os fenômenos econômicos e sociais que Jaurès procurava descrever. No início da obra traça um notável quadro da França, no fim do Antigo Regime, segundo os *Cahiers de doléances de 1789* e, contrariamente a Michelet, concluiu que a Revolução não nascera da miséria, mas da elevação do nível de vida das classes médias, de sua intensa vitalidade, do sentimento de sua função na economia da Nação e do desejo legítimo por ela manifestado de dirigir até a política do país. Apesar disso Jaurès indicou a miséria do proletariado agrícola e artesanal, embora reconhecendo que estava escassamente informado sob esse aspecto, e que havia necessidade de publicar os documentos indispensáveis antes de iniciar novos estudos. Ao valorizar as correntes lentas e profundas da evolução econômica e social, não descurou, entretanto, da força das idéias. Ao contrário, consagrou páginas à procura de novas perspectivas do fermento ideológico que caracterizou a Revolução, não somente na França mas no mundo, com exceção da Itália e dos Estados Unidos, nos quais não parece ter visto claramente sua função. Mas os capítulos nos quais descreveu a idéia revolucionária na Inglaterra e Alemanha merecem permanecer clássicos. Entre os pensadores franceses foi Condorcet que atraiu sua particular atenção e Jaurès o considerou com tôda admiração apaixonada que dedicava a filosofia “das luzes”. Assim, durante tôda obra esforçou-se por resolver os difíceis problemas das ligações entre os fatos econômicos e os ideais revolucionários. Sem dúvida, algumas vezes enganou-se e algumas de suas hipóteses foram logo em seguida abandonadas, como por exemplo, a importância atribuída ao pensamento de Barnave, ao qual dedicou a *Introduction à la Révolution française*, que foi julgada excessiva, e sua admiração por Mirabeau e Danton, influência da tradição e destinada a desaparecer. Mas Jaurès viu bem que a questão da paz e da guerra era o centro da história da Revolução francesa, e dedicou-se com ardor a êsse problema, que era bastante próximo daquêles que enfrentava cotidianamente em sua cadeira parlamentar. Colocou no lugar certo a campanha de

Robespierre contra a guerra, que historiadores do século XIX haviam deixado de lado. Mathiez, que em 1922 foi encarregado de republicar a história de Jaurès, disse dela:

“nenhuma outra história da Revolução está tão perto da realidade. Nenhuma fez avançar tanto a ciência. Constitui um ponto de partida mais do que um ponto de chegada”.

Com efeito, foi Jaurès quem, dando-se bem conta da insuficiência da documentação econômica, fez instituir, em 1903, a “Comissão encarregada de pesquisar e publicar dos documentos relativos à vida econômica da Revolução”, que presidiu até sua morte. Essa comissão publicou, de 1903 até 1914, 64 volumes, dos quais 27 dedicados aos *Cahiers de doléances* e 11 a venda dos bens nacionais. Depois da guerra de 1914 a 1918 publicou uns 50 volumes de documentos e uns 15 de memórias. Os historiadores têm agora a base indispensável para um estudo sério da história econômica e social da Revolução. Base tanto mais necessária pela influência da *Histoire socialiste de la Révolution*, que foi bastante considerável. Albert Mathiez foi o primeiro a afirmar:

“digo humildemente que (a obra de Jaurès) trouxe não apenas o incentivo, sem o qual minhas pesquisas teriam sido impossíveis, mas também muitas sugestões que me serviram de linhas mestras”.

Foi Mathiez o encarregado em 1922 de republicar a *Histoire socialiste*. Com efeito, até essa época, Mathiez preocupara-se muito pouco com os problemas econômicos e sociais, pois sua atenção fôra atraída pelas questões políticas e religiosas. Foi com a republicação da obra de Jaurès e ainda o espetáculo dos acontecimentos da guerra de 1914-1918 que induziram Mathiez a interessar-se pelos problemas econômicos. Ainda que admirador de Jaurès, êle não era homem de qualquer sistema: duvidava da sociologia e do que depois foi denominada “história não-événementielle”.

“Não sou partidário de visão sistemática de filosofia e do mundo — escreveu — tenho horror das construções abstratas... enganam-se em querer colocar-me numa classificação, catalogar-me num herbário. Tenho o culto da vida e amo representá-la em sua complexidade, em seu conjunto e nos seus detalhes”.

Escreveu *La vie chère et le mouvement social sous la Terreur* (34) não tanto porque acreditasse na influência preeminente da infraestrutura econômica, mas porque suas pesquisas, suas descobertas e suas constatações aí o levaram. Esse livro constitui sem dúvida alguma a parte mais importante de sua obra: pôde reconstruir, infini-

(34) . — Paris, 1927.

tamente melhor do que fôra feito antes dêle, o programa social dos seguidores de Robespierre e mostrou, de maneira indiscutível, que as divisões internas dos revolucionários entre Fogliantes e Jacobinos, entre Girondinos e Montanheses, entre seguidores de Danton, de Robespierre e Radicais ou seguidores de Hébert, encontravam-se, em sua origem, nas concepções sociais radicalmente diversas e não em contrastes puramente políticos.

Se Mathiez aproximou-se tardiamente da história econômica e social, dois outros historiadores que pertenciam à mesma geração, Philippe Sagnac e Georges Lefebvre, haviam voltado suas pesquisas, desde o início de suas carreiras, aos problemas sociais da Revolução francesa. Sagnac consagrou sua tese principal, em 1898, a *La Législation civile de la Révolution française*: era a primeira vez que êsses problemas, em grande parte jurídicos, eram enfrentados por um historiador, e Sagnac mostrou no trabalho a imensa vantagem que a história da sociedade poderia trazer a um estudo profundo das instituições. A tese complementar, escrita ainda em latim, tratava de um problema importante: o das reações dos senhores feudais no fim do século XVIII. Em seguida Philippe Sagnac deixou de lado as questões econômicas e sociais para enfrentar os problemas políticos. Mas êle dedicou o melhor de sua obra à Revolução: numerosos artigos (35), publicações de documentos tais como os *Cahiers de doléances de la Flandre maritime*, ou, em colaboração com Pierre Caron, a carta dos "Comités" dos direitos feudais, que mostrava como foi abolido o regime feudal. Escreveu por fim uma síntese, referente aos três primeiros anos da Revolução, que constitui o primeiro volume da *Histoire de France contemporaine*, publicada sob direção de Ernest Lavisse, obra que permanece ainda hoje como uma das melhores sôbre o início da Revolução até a queda da monarquia.

Philippe Sagnac, que em 1923 substituiu Aulard na Sorbonne, teve por sua vez como sucessor, em 1937, na cadeira da história da Revolução, Georges Lefebvre. Nascido como Mathiez em 1874, Lefebvre não fôra destinado inicialmente para atividade científica. Recebendo uma bolsa de estudo no liceu de Lille, fôra colocado no setor de "ensino especial" criado por Duruy, e começou a estudar grego e latim só por volta dos 17 anos de idade. Livre-docente aos 25 anos, ensinou nos liceus da província, mas em 1905, no pouco tempo livre de que dispunha, iniciou uma tese monumental, *Les paysans du Nord pendant la Révolution française*; defendeu-a em 1924, com 50 anos de idade. Essa tese assinala uma data importante na historiografia da Revolução, porque pela primeira vez a história

(35). — In *Revue d'histoire moderne et contemporaine*.

da classe camponesa era enfrentada e a Revolução vista por baixo e não por alto. As influências que determinaram sua escôlha foram explicadas por êle:

“Tive uma derivação intelectual que partiu do liceu e sem dúvida da minha Flandres valã, onde Jules Guesde fundou o partido operário francês sôbre bases do marxismo. Mas devo mais a Jaurès. Foi sua *História da Revolução* que decidiu a orientação de minhas pesquisas, sôbre as quais já me haviam feito pensar, em verdade, a tese de Sagnac e os trabalhos de Loutchisky que já conhecia. Só vi e segui Jaurès duas vêzes, perdido na multidão, e naturalmente êle nunca ouviu falar de meu nome. Mas se preocuparem-se em achar-me um mestre, não reconheço outro senão êle”.

O nome que Lefebvre colocou na primeira página de sua tese foi o de Jaurès, na qual explicou o seu ponto de vista:

“o caráter principal da grande crise aparece mais claramente e quase completamente livre de qualquer superposição de outra natureza no campo — para os camponeses ela foi essencialmente uma revolução social”.

E mais: estudando a revolução no ponto de vista dos camponeses, Lefebvre examinou pela primeira vez o ponto de vista da massa e não o do poder. O Departamento do Norte prestava-se, de modo particular, a êsse gênero de pesquisa: de caráter múltiplo por suas origens históricas e sua estrutura geográfica, apresentava uma densidade de população bastante elevada (147 hab. por km²) e um início de industrialização, que permite confrontar os problemas dos camponeses com os colocados no início da revolução industrial. A sua posição na fronteira da França, os ataques inimigos que sofreu, o Terror, que por êsse motivo foi mais intenso que em outros lugares, não a isolaram dos grandes movimentos revolucionários. Lefebvre mostrou quanto os camponeses estavam ligados aos antigos costumes rurais, coletivos e igualitários.

“A história social da Revolução — escreveu Mathiez — não foi ainda examinada com tal profundidade e amplitude”.

Lefebvre continuou seus estudos sôbre camponeses, alternando-os com a publicação de documentos. Em 1914 havia iniciado a publicação dos *Documents relatifs à l'histoire des subsistances dans le district de Bergues*. Em 1932 sob o título *Questions agraires au temps de la Terreur*, publicou um certo número de textos bem característicos, precedidos de uma introdução importante na qual todos os problemas da política agrária dos robespierristas eram retomados. Contrariamente a Albert Mathiez, Lefebvre chegou à conclusão que essa política não era senão obra de circunstância e que

não era possível individualizar nos robespierristas um plano de reforma agrária eficaz e profunda.

Lefebvre estendeu os seus trabalhos de história rural a toda França em diversos artigos que foram reunidos em um volume, em 1954, por ocasião de seu octagésimo aniversário, e sobretudo em um livro bastante sugestivo, *La Grande Peur de 1789*. O grande medo, o medo dos “assaltantes”, isto é, dos vagabundos que supostamente estavam a serviço dos senhores, hostis a qualquer medida que negasse os seus privilégios, é explicado pelas condições do campo em 1789, pela massa enorme de “indigentes”, conseqüência da inflação demográfica do século XVIII. De fato, “o povo tinha medo de si mesmo”. Mas esse movimento é o primeiro grande frêmito revolucionário que atingiu o povo francês em seu íntimo, provocando a abolição dos privilégios, a formação das municipalidades revolucionárias, da guarda nacional, das federações; foi ele enfim que levou à proclamação da “unidade e indivisibilidade” da Nação. Esse estudo foi ainda ampliado em um volume dedicado a toda história do ano 89 publicado por ocasião do 150º aniversário da Revolução em 1939 (36).

Georges Lefebvre teve discípulos que continuaram e confirmaram suas pesquisas e suas conclusões. Por um lado os camponeses foram estudados em outras regiões da França por Robert Laurent (3), Paul Bois (38) e P. de Saint-Jacob (39). Por outro lado, foi estudado um outro grupo social que teve participação importante na Revolução na França, o dos *sans-culottes*.

Com efeito, se a aliança dos camponeses e da burguesia permitiu a conquista dos “princípios de 89” e as reformas fundamentais e definitivas, conseguidas nos primeiros meses da Revolução, foi uma nova coligação que impôs em 1792, uma vez declarada a guerra, soluções audazes e verdadeiras “antecipações socialistas” que deveriam ser efêmeras, mas que serviriam de exemplo aos teóricos e aos homens de ação do século XIX e mesmo do XX. Essa coligação, poderosa sobretudo em Paris, é conhecida sob o nome de *sans-culottes*. Era formada de pequenos burgueses, artesãos e operários; impôs a república, a taxação, a repartição dos excedentes alimentícios por parte do Estado, uma nova distribuição da propriedade, um início de segurança social. Até então os *sans-culottes* não haviam sido estudados com a mesma atenção dedicada aos camponeses. A maior parte dos historiadores sustentava que tratava-se de uma massa amorfa que havia seguido as sugestões de qualquer agitador: os “hebertistas”, do nome de um deles, Hébert, e os “Radicais”. Albert Soboul reno-

(36). — Tradução italiana de A. Galante Garrone, 1949, Turim.

(37). — *Les vigneron de la Côte d'or au XIXe siècle*, Paris, 1958.

(38). — *Les paysans de l'Ouest*, Paris, 1960.

(39). — *Les paysans de la Bourgogne du Nord au XVIIIe siècle*, Paris, 1961.

vou o nosso conhecimento sôbre essa questão fundamental com sua tese de doutorado (40), cujas conclusões essenciais foram reproduzidas recentemente (41).

Albert Sobou mostrou o caráter complexo do grupo social dos *sans-culottes*, que não constituíam uma classe no sentido marxista da palavra. Os *sans-culottes* eram originários de áreas bastante heterogêneas: trabalhadores independentes, membros de profissões liberais e assalariados. Daí, no interior do grupo, as contradições que impediram o sucesso de sua ação. Se os *sans-culottes* estavam de acôrdo ao reclamar a taxaço que deveria impedir o aumento do custo de vida, muitos dêles eram hostis a uma organização coletivista da sociedade, sôbre a qual as formulações eram de resto pouco definidas. Os *sans-culottes* foram simples realizadores de uma forma de democracia direta e de uma ação revolucionária bastante anárquica, o que permitiu sem dúvida o sucesso das "jornadas" de 10 de agôsto de 1792 (a derrubada de Luis XVI) e de 2 de junho de 1798 (a eliminação dos Girondinos da Convenção), mas que perturbava a ação do govêrno, e em particular do Comitê de Salvação Pública, responsável pela defesa nacional. Assim Robespierre, membro preeminente do Comitê, fêz prender, em março de 1794, os expoentes dos *sans-culottes*, Hébert e os Radicais, que foram levados ao tribunal revolucionário, condenados e justicados, enquanto o govêrno promulgava, para aplacar a massa dos *sans-culottes*, os decretos de Ventoso, que deveriam multiplicar a pequena propriedade individual, dividindo entre os indigentes os bens dos suspeitos. Entretanto, essa compensação — de resto dificilmente aplicável — não satisfez os *sans-culottes* que desde então sustentaram com pouca energia o govêrno revolucionário: assim explica-se a queda dos seguidores de Robespierre a 9 de Terminador do ano II (27 de julho de 1794). Contudo o movimento *sans-culotte*, pelo tom radical que conferiu à Revolução francesa, permitiu a instalação do govêrno revolucionário, a resistência eficaz contra a invasão, as primeiras tentativas modernas de economia programada e de segurança social. Os trabalhos de Albert Soboul foram completados pelos do historiador inglês Georges Rudé, que analisou a composição da multidão durante as grandes jornadas revolucionárias (42) e pelos do norueguês Kåre D. Tønnesson (43). Claro que a jornada de 9 de Terminador não anulou o grupo dos *sans-culottes* parisienses, que ao contrário foram induzidos a retomar sua ação para lutar contra a indescritível miséria do inverno de 1794-1795. Nessa época foram influenciados pela propaganda de

(40). — *Les sans-culottes parisiens en l'an II*, Paris, 1958.

(41). — *Précis d'histoire de la Révolution française*, Paris, 1962.

(42). — *The Crowd in the French Revolution*, Oxford, 1958.

(43). — *La défaite des sans-culottes*, Paris, 1959.

Babeuf e de Buonarroti, então trancados na prisão de Plessis, e que começavam a desejar uma transformação social radical e a instauração de um regime comunista. As insurreições de Germinal e de Prairial do ano III (março-abril de 1795) assinalaram o último esforço dos *sans-culottes* parisienses para apoderarem-se do poder. Falharam porque pela primeira vez a Convenção não hesitou em apelar ao exército regular para reprimir os movimentos. Assim, êstes diferentes trabalhos delimitaram a estrutura social dos *sans-culottes*, seu programa e sua ação.

Êsses estudos permitiram à história social da Revolução realizar grandes progressos. Sem dúvida, outros grupos sociais ficaram sem serem estudados, seja em Paris, seja nas províncias, como por exemplo a burguesia: Georges Lefebvre consagrou à de Orleans um estudo considerável que não teve tempo de publicar em vida, mas que apareceu postumamente (44). Outros estão em realização. Paralelamente progrediu também a história econômica. Depois de ter permanecido por muito tempo indecisa e ser colocada na área da história “para campeões”, (45) a história econômica encontrou seu caminho com os trabalhos fundamentais de François Simiand sobre salários e preços (46). Ernest Labrousse, inspirando-se nos métodos de François Simiand, renovou a história econômica da Revolução francesa com suas obras clássicas (47).

Mostrou que a Revolução fôra provocada por uma crise econômica que começou a ser sentida por volta de 1770 e continuou a agravar-se até 1789. O aumento dos preços iniciado cêrca de 1730 interrompeu-se, com efeito, por volta de 1770 para ser substituído por uma sucessão de aumentos bruscos e de quedas profundas dos preços dos cereais, que indicam graves perturbações na economia. É significativo que 14 de julho de 1789 não seja somente o dia em que foi tomada a Bastilha, mas também aquêle no qual o preço do pão atingiu em Paris o seu nível mais alto. Por outro lado, no mesmo momento, em que as colheitas de trigo diminuíam, as de uva tornavam-se muito importantes. Ao mesmo tempo o camponês sofria com a diminuição dos ingressos derivados da venda do grão, escasso, e com a do vinho, abundante. Quando aos viticultores que não produ-

(44). — *Études orléanaises*, Paris, 1963, vol. 2.

(45). — Cfr. os trabalhos de Henri Sée, por exemplo, a lista que consta na “Bibliografia” de sua *Histoire économique*, vol. II; publicada por Robert Schnerb, nova edição, Paris, 1951.

(46). — Em especial *Le salaire, l'évolution sociale et la monnaie*, vol. 3, Paris, 1931-1932 e *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVIIe au XIXe siècle*, Paris, 1933.

(47). — *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*, 1933 e *La crise de l'économie française à la fin de l'ancien régime et au début de la Révolution*, 1944.

ziam cereais, estavam arrasados. Assim, a Revolução francesa explica-se, em grande parte, por uma séria crise econômica iniciada por volta de 1770 e que atingiu o auge em seguida a desastrosa colheita de 1788.

Mas uma outra causa da Revolução é dada, sem dúvida, pela pressão demográfica que agora começa a ser estudada. No século XVIII toda a população da Europa aumentou consideravelmente, sem dúvida alguma duplicou (48). Mas o aumento seguiu seu próprio ritmo em cada um dos países. Na França o aumento médio para o período que vai de 1715 a 1789 esteve somente em 40%; mas permanece sempre o fato que êsse aumento foi grave, pois a França já era o país mais populoso da Europa. Quanto as causas disso, trabalhos minuciosos realizados sob orientação do Instituto nacional de estudos demográficos, mostraram que tal aumento era devido à diminuição da mortalidade dos adultos jovens, isto é, a elevação do nível de vida, devido possivelmente ao melhoramento do regime alimentar, consequência do desenvolvimento das culturas agrícolas, importadas da América no século XVI. Assim, aparece de modo claro que as causas profundas, mas essenciais, da Revolução foram de ordem econômica e social. A valorização das causas econômicas e demográficas da Revolução não deve levar os historiadores a minimizar as causas intelectuais e as causas políticas. As causas intelectuais são bem claras, mas depois da obra de Daniel Mornet (49), não foi publicado nada de realmente importante sobre a questão. Quanto à “conspiração maçônica”, se encontra ainda seguidores, a abertura dos arquivos da Maçonaria, hoje acessíveis em França, mostrou que seus aderentes dividiram-se em 1790 de modo quase igual entre partidários e adversários da Revolução (50).

Sem dúvida não podemos negar que a Maçonaria teve alguma influência sobre as origens da Revolução: as lojas, locais de reunião dos espíritos “ilustrados”, centros de leitura de jornais e publicações “filosóficas”, contribuíram para difundir as “luzes”. Não organizaram as conspirações revolucionárias. De fato, na França, a incapacidade da monarquia de resolver os problemas políticos e financeiros, precipitou a explosão revolucionária, provocando, para começar, a revolta das classes privilegiadas. Jean Egret analisou muito bem êsse processo (51).

* *
*

(48). — R. Reinhard e A. Armengaud, *Histoire générale de la population mondiale*, 1961.

(49). — *Les origines intellectuelles de la Révolution française*, 1933.

(50). — A. Bouton, *Les franc-maçons manceaux et la Révolution française*, 1958.

(51). — *La préévolution*, Paris, 1961.

V. — NATUREZA E EXTENSÃO DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO.

A Revolução foi especificamente francesa? E a França, depois de ter digerido as idéias revolucionárias, impôs tais idéias sobre a maior parte da Europa? Ou também não estamos em presença de um movimento bem mais geral, que se estendeu de 1770 a 1849 e englobou a América e três quartos da Europa, movimento no qual a parte da França foi importante por certo, mas não exclusiva?

Essa última tese já era sustentada na época da Revolução. Camille Desmoulin, denominando o jornal que publicava em 1789 *Les Révolutions de France et de Brabant*, queria mostrar os estreitos laços entre a revolução francesa e a belga. Barnave na *Introduction à la Révolution française*, da qual falou-se acima, mostrava já, segundo a expressão de Jean Jaurès, que ela fôra

“uma revolução européia, da qual a França era o vértice”.

Em um sentido contrário, para combater o movimento revolucionário, o abade Barruel escreveu em sua *Histoire du jacobinisme*, citada no início dêsse estudo, que a Revolução era um movimento europeu.

Essa concepção de uma revolução “européia” foi perdida pelos historiadores que escreveram depois de 1815. Thiers, Michelet, Taine, Carlyle ou von Sybel limitaram-se estreitamente à história da revolução na França, e foram seguidos pela totalidade dos historiadores que escreveram até o fim da primeira guerra mundial. Tal era ainda o ponto de vista de Georges Lefebvre na primeira edição de sua *Révolution française*, publicada em colaboração com Philippe Sagnac e Raymond Guyot em 1930. Mas a segunda guerra mundial e os acontecimentos que a seguiram, a multiplicação dos congressos internacionais e dos contatos entre historiadores de diversos países trouxeram uma evolução das idéias. E' característico que na nova edição da *Révolution française* de Lefebvre, publicada dessa vez só com sua assinatura, em 1951 (52), atinge o cerne dessa evolução. Nessa edição nova Lefebvre consagrou com efeito todo o primeiro volume, mais de 100 páginas, ao “mundo nas vésperas da Revolução”, e dêsse estudo resultou que a Revolução rumorejava nas colônias inglesas na América, na Grã-Bretanha, na Holanda, na Bélgica, na Suíça, antes de delinear-se na França. Colhidos pela exatidão dessas observações e ao mesmo tempo pela necessidade de aprofundá-las, Robert R. Palmer e eu mesmo colocamos a questão da realidade, do caráter e da importância dessa revolução que ultrapassava de muito o âmbito da França. Palmer publicou em 1954 um artigo bastante sugestivo denominado *The*

(52). — Tradução italiana de Paolo Serini, 1957.

World Revolution of the West, 1763-1801 in Political Science Quarterly e um outro estudo no mesmo sentido, *Recent interpretations of the French Revolution in Cahiers d'histoire mondiale*. Nessa mesma época escrevi, seguindo concepções análogas, o capítulo sobre “Revoluções” destinado a *Histoire Universelle* da *Encyclopédie de la Pleiade* que apareceu somente em 1958. Preparara nessa visão mais geral da Revolução minha tese sobre *Les commissaires aux armées sous le Directoire* (53), o que me levava a estudar a ação desses comissários na Holanda, na Alemanha renana, na Suíça e na Itália, e em seguida na minha pesquisa sobre os movimentos revolucionários italianos na origem do *Risorgimento*. Foram, sem dúvida, esses estudos que fizeram com que Robert Palmer e eu fôssemos encarregados de apresentar ao Congresso Internacional das ciências históricas de Roma em 1955 um relatório sobre *Le problème de l'Atlantique du XVIIIe au XXe siècle*. Nesse relatório examinamos a parte que o Atlântico pôde ter no movimento revolucionário entre 1770 e 1848, e avançamos então a hipótese de uma “Revolução Atlântica”. Em seguida, publiquei em 1956 sob o título *La Grande Nation*, uma obra sobre a expansão que ocorreu na América e na Europa de 1760 a 1792 e Robert Palmer publicava em 1959 o primeiro volume de uma obra denominada *The Age of the Democratic Revolution*, onde examinava as diversas revoluções ocorridas na América e na Europa de 1760 a 1792 e procurava determinar as causas, sobretudo políticas. Recentemente, apresentei esse movimento revolucionário em um volume intitulado *Les Révolutions*, que foi publicado em 1963 na coleção *Nouvelle Clio*.

Desses estudos resultaram fatos incontestáveis: houve insurreições populares de caráter revolucionário nas colônias inglesas da América de 1770 a 1783; na Inglaterra em 1780; na Irlanda de 1780 a 1783; nas Províncias Unidas de 1783 a 1787; na Suíça e em particular em Genebra em 1768 e em 1781-1782; na França em 1775 (a “guerra da farinha”), depois de 1787 a 1799; na Polônia de 1790 a 1794; na Bélgica de 1787 a 1790. A Revolução havida na França, a mais violenta e radical de todas, provocou a repressão dos movimentos revolucionários na Bélgica, Alemanha, Áustria e Hungria a partir de 1792; nos Países-Baixos a partir de 1795; na Itália a partir de 1790 e sobretudo em 1796; na Suíça em 1792 e sobretudo em 1798-1799. O período chamado “imperial” não é senão a seqüência, sob outra forma, da Revolução. As idéias e os princípios revolucionários penetraram em seguida aos exércitos franceses até os Balcãs, na Rússia e sobretudo em Espanha e Portugal. A ocupação desses países por parte da França provocou as revoluções das colônias de 1810 a 1825

(53) . — Paris, 1941.

(54) . — *Idem*.

e a independência do Brasil. Assim a Restauração não indica o fim do movimento revolucionário. As insurreições de 1820-1824 na Itália; de 1820-1822 na Espanha; de 1830-1831 na Bélgica, na Península Ibérica, ainda na Itália, e na Polônia, não são senão retomadas da revolução dominada, e o grande movimento de 1848 esforçou-se por constituir em toda Europa sociedades baseadas sobre “princípios de 89”. A reação de 1849 e as transformações econômicas da sociedade deveriam dar em seguida aos movimentos revolucionários um novo aspecto: as revoluções do século XIX deveriam ser socialistas e proletárias.

Assim, a Revolução francesa se é o “ápice” de um movimento revolucionário, não representa senão uma parte deste movimento no tempo e no espaço. Esse é um ponto de vista que não é contestado. A discussão é sobretudo sobre o nome que é necessário dar a esse movimento e trata-se de uma discussão bastante formal. A expressão “Revolução Francesa” não é de fato conveniente, porque é muito restrita, e foram propostas as expressões “Revolução Ocidental” ou “Revolução Atlântica”. A primeira corresponde bem à extensão do fenômeno, se considerarmos que o Ocidente se estende até o fim dos confins orientais da Polônia e dos países balcânicos. A segunda dá conta das origens do fenômeno: é a parte desempenhada pelo Oceano Atlântico no desenvolvimento da economia e da demografia européia que está na origem profunda da Revolução. O tráfico atlântico provocou o desenvolvimento considerável da burguesia nos países que se encontravam às margens do oceano, e foi essa classe que assumiu em todos os lugares a direção dos movimentos revolucionários. De outro lado, a descoberta dos países transatlânticos teve por consequência a importação pela Europa de novas culturas — sobretudo aquelas do *grano turco* (milho), e da batata — que contribuíram muito para o desenvolvimento demográfico.

Foi sugerido que se poderia dar ao movimento revolucionário que procuramos definir a denominação de “grande revolução” ou “revolução burguesa” ou ainda “revolução capitalista”. A primeira expressão é muito genérica; as outras duas são exatas, mas prestam-se a nosso ver, a confusão, porque houve outras revoluções “burguesas” ou “capitalistas”.

Quando se considera a amplitude das causas sociais, demográficas e também políticas da Revolução na França, como duvidar que haja limitado seus efeitos só ao território francês?

Somos tolhidos pelo fato que a Revolução limitou-se às regiões nas quais a estrutura social era análoga. Sem dúvida, a estrutura social dos diversos países da Europa e da América foi estudada com

menor minúcia que a da França, mas possuímos um livro de caráter geral, o de Henri Sée (55) e alguns bons estudos especializados (56). A pressão demográfica que havíamos assinalado não foi um fenómeno particular da França, mas na maior parte dos outros países da Europa foi mais forte que na França (57).

Os estudos sôbre variação de preços nos outros países da Europa (58) mostram que a evolução dos preços apresenta caracteres gerais análogos. As estatísticas elaboradas para a região de Cracóvia pela senhora Madurowicz confirmaram essa impressão. Não é nada estranho que a conjuntura econômica na maior parte da Europa no século XVIII fôsse a mesma: os preços dos produtos alimentícios dependiam das condições estacionais, e essas eram geralmente comuns a todo o continente. As variações mais importantes dos elementos da meteorologia podiam por outro lado assumir o aspecto de verdadeiras modificações climáticas (59). Parece que uma época próspera — final de 1770 — foi seguida em todo Ocidente por uma série de péssimos anos, e que a miséria provocada pela escassez de muitos gêneros foi em todos os lugares uma das causas da revolução.

Também as causas políticas foram comuns a todo o Ocidente. Robert Palmer mostrou em *The Age of the Democratic Revolution* que os soberanos sempre tiveram necessidade de, cada vez mais, dinheiro no decorrer do século XVIII. As guerras, com efeito, saíam sempre mais caras. Ora, em tôda Europa, o imposto pesava essencialmente sôbre os camponeses e também sôbre a burguesia. Esses impostos foram consideravelmente aumentados sem conseguir dominar os “déficits” dos diversos balanços nacionais. Tornou-se então necessário, na segunda metade do século XVIII, suprimir os privilégios fiscais da aristocracia, do clero e de uma parte da burguesia. As classes privilegiadas resistiram a essa tentativa, e o fizeram com maior sucesso quando estavam agrupadas em “corpos” antigos, sólidos, capazes de lutar contra os soberanos; estados gerais ou provinciais, corpos municipais, parlamentos franceses, assembléias coloniais da América, etc. Esses “corpos aristocráticos” procuraram impedir

(55). — *Esquisse d'une histoire du régime agraire en Europe aux XVIIIe et XIXe siècles*, Paris, 1921.

(56). — A. Goodwin, *The European Nobility in the Eighteenth Century*, London, 1953; Irving Mark, *Agrarian Conflicts in Colonial New York, 1771-1775*, New York, 1940; M. Berengo, *La società veneta alla fine del '700*, Florença, 1956.

(57). — Cfr. a obra de Reinhard e A. Armengaud citada acima.

(58). — Lord Beveridge, *Prices and Wages in England from the 16th to the 19th Century*, 1939; E. J. Hamilton, *War and Prices in Spain, 1651-1800*, Cambridge (Mass.), 1947; N. W. Posthumus, *Inquiry into the History of Prices in Holland*, Leyden, 1946.

(59). — Cfr. E. Le Roy Ladurie, *Aspects historiques de la nouvelle climatologie*, in “Revue Historique”, 1961, vol. 225, p. 1-20.

que os soberanos realizassem reformas sociais, nas quais o ponto principal era o de aumentar a renda de seu tesouro. A luta tornou-se árdua. De início, o Terceiro Estado permaneceu espectador, mas logo foi solicitado por um ou outro de seus adversários.

Nos domínios dos Habsburgos José II fêz apêlo ao apoio da massa popular contra a aristocracia feudal que se opunha a emancipação dos servos; na França os membros dos Parlfamentos — que eram os juizes — fizeram-se populares e fizeram-se chamar “pais do povo”, pretendendo defender os interesses da nação enquanto lutavam pela conservação de seus privilégios fiscais. Os pequenos burgueses, os artesãos, os camponeses foram trazidos à luta e, porque no final das contas soberanos e privilegiados reconciliaram-se diante do perigo popular, na França em particular em 1789, a Revolução foi uma luta do Terceiro Estado contra os privilegiados apoiados pelos soberanos.

Assim o “caráter ocidental” ou “atlântico” da revolução põe-se em relêvo; explica-se que os movimentos revolucionários fôssem desenrolando-se, primeiro em 1789, na América, na Irlanda, na Inglaterra, na Holanda, na Bélgica e na Polónia. E resultou que os movimentos revolucionários que existiram nesses países e que se verificaram por outro lado, na Itália, na Suíça, na Alemanha, na Hungria e na América Latina, não foram tanto a conseqüência da Revolução francesa, mas o resultado de causas comuns a tôdas as revoluções. Isso foi colocado claramente pelos recentes estudos sôbre o movimento jacobino na Itália (60), na Alemanha (61), na Hungria (62), na Polónia (63) e na Inglaterra (64).

Por outro lado, os trabalhos recentes sôbre revolução nos vários países da Europa depois de 1789, colocaram em evidência nítida a influência inegável da França, o caráter original das novas instituições criadas nessas regiões (65). Esses estudos, que estão ainda em início, colocam em relêvo a importância das transformações sociais

(60). — Dello Cantimori, *Utopisti e riformatori italiani*, Florença, 1943; Id., *Giacobini italiani*, 1956; G. Vaccarino, *I patrioti “anarchistes” e l’idea dell’unità italiana*, Turim, 1953; R. de Felice, *I giornali giacobini italiani*, Milão, 1962.

(61). — E. Wangermann, *From Joseph II to the Jacobin Trials, Government Policy and Public Opinion in the Habsburg Dominion in the Period of the French Revolution*, Oxford, 1959; D. Silagj, *Jakobiner in der Habsburger Monarchie*, Viena, 1962.

(62). — K. Benda, *Les Jacobins hongrois*, in “Annales historiques de la Révolution française”, 1959, p. 38-60.

(63). — B. Lesnodorski, *Polscy Jakobini*, Varsóvia, 1960; trad. fr, em curso.

(64). — J. Deschamps, *Les îles britanniques et la Révolution française*, Bruxelas, 1949.

(65). — Cfr. p. ex. Carlo Ghisalberty, *Le costituzioni “giacobini” (1796-1799)*, Milão, 1957.

realizadas pela Revolução: é o caso em especial da venda dos bens nacionais na Bélgica (66) e na Itália (67). O prosseguimento dos estudos desse gênero fará aparecer, sem dúvida, com maior clareza, o caráter geral do movimento revolucionário em todo Ocidente até fins do século XVIII.

Se a Revolução foi comum a todo Ocidente o foi também, é claro, a Contra-revolução: nos esforçamos por dar um quadro de conjunto, no qual fôsse vistos tanto a doutrina como a ação (68). Mostre, que, houve um importante desvio entre a doutrina representada, em particular, pelo inglês Burke, o saboiano Joseph de Maistre, o francês de Bonald e que teve a maior influência no século XIX, e a ação, que falhou em eficiência, por falta de coordenação. Os diversos movimentos contra-revolucionários nasceram em geral espontaneamente e foram provocados mais por força das condições econômicas e sociais que pela ação das classes privilegiadas colhidas pela Revolução. Nêsse aspecto são típicos os casos dos camponeses da França ocidental e da Calábria, que foram estudados contemporaneamente por dois historiadores, um francês, outro italiano, que trabalharam isoladamente, sem se conhecerem. Paul Bois estudou *Les paysans de l'Ouest* (69) e Gaetano Cingari os da Calábria (70). Paul Bois mostrou que, no departamento da Sarthe, que considerou típico das regiões ocidentais da França, o movimento contra-revolucionário nasceu de um velho antagonismo entre classes rurais e burguesas, entre cidade e campo. A revolta camponesa desenvolveu-se em regiões onde por muito tempo os camponeses estavam em luta contra a burguesia, motivados pela conquista das terras. Por outro lado, quando nessas regiões existia a propriedade feudal, os camponeses não tinham que lidar com o próprio senhor, mas com os seus agentes, burgueses, que consideravam responsáveis pelas mazelas do regime feudal. Hostis aos burgueses, os camponeses detestavam a sua ideologia, em particular a república e a descristianização. Claro que as outras causas tradicionalmente reconhecidas da revolta, a oposição

(66). — Para Bélgica cfr. I. Delatte, *La vente des biens nationaux en Belgique* in "Revue d'Histoire moderne", 1940, p. 44-51; Jan Lambert, *Inbeslagname en verkoop van de nationalen goederen* (no departamento de Schelda) *Bijdragen tot de Geschiedenis van het platteland in Vlaanderen*, II, Gand, 1960.

(67). — Umberto Marcelli, *La crisi economica e sociale a Bologna e le prime vendite dei beni ecclesiastici, 1796-1800*, in "Atti e memorie della deputazione di storia patria per la provincia di Romagna", 1953-1954 e *La vendita dei beni ecclesiastici a Bologna e nelle Romagne, 1798-1815*, *ibidem*, 1956-1957; Renato Zangheri, *La proprietà terriera e le origini del Risorgimento nel Bolognese*, vol. I, 1789-1804, Bolonha, 1961; R. de Felice, *La vendita dei beni nazionali nella Repubblica romana*, Roma, 1960.

(68). — *La contre-Révolution, doctrine et action, 1789-1804*, Paris, 1961.

(69). — Le Mans, 1960.

(70). — *Giacobini e Sanfedisti in Calabria nel 1799*, Messina, 1957.

à conscrição, a ação da nobreza e dos padres, tiveram a sua importância, mas essa não foi tão grande como sustentava-se.

Conclusões análogas foram formuladas com respeito à insurreição contra-revolucionária calabresa em 1799 por Gaetano Cingari. A velha nobreza da Calábria estava em decadência e habitava em sua maioria as cidades, sobretudo Nápoles, a capital. No campo estava a ponto de ser suplantada por uma burguesia ativa, que se enriquecia no serviço dessa nobreza oprimindo os camponeses. Também na Calábria o antagonismo entre burguesia e nobreza sofrera influência das "luzes": entre 1790 e 1789, 493 pessoas pertencendo a essas classes sociais foram processadas por delitos de opinião, participação em lojas maçônicas ou clubes jacobinos clandestinos. Em 1799, quando foi proclamada a república em Nápoles, burgueses e aristocratas ilustrados da Calábria apoderaram-se do poder na maior parte das localidades, fizeram plantar as árvores da liberdade, organizaram municipalidades revolucionárias e guardas cívicas. Os camponeses permaneceram em posição de espera porque queriam saber qual a mudança que trouxera a república em suas condições. O Cardeal Ruffo não aproveitou para diminuir os impostos reais e poder então atrair os camponeses. Característica é a exclamação de um camponês calabrés:

"Nós não queremos a república se devemos pagar como antes".

Ràpidamente os camponeses foram enquadrados pela minoria dos nobres e burgueses hostis à revolução e se deixaram levar facilmente por uma empresa caracterizada pelo saque de propriedades da burguesia rica. Nos dois casos: no da França e na Calábria os antagonismos sociais recentes dominaram sobre antigas posições de classes e entraram em jogo contra a revolução.

Os trabalhos recentes sobre a história da Revolução colocaram em evidência a necessidade e fecundidade do trabalho coletivo, dos contatos internacionais, da história comparativa. Fizeram aparecer ligações entre fenômenos diversos que não haviam sido reconhecidas até hoje, permitiram avizinhar-se e melhor compreender o fenômeno completo e tão importante para a Europa contemporânea que foi a Revolução.

* * *

BIBLIOGRAFIA.

Organização do Trabalho.

A pesquisa sobre história da Revolução francesa, deixada por muito tempo à iniciativa individual, entrou na fase científica por volta de 1880. Foram criados então os organismos que passaram a dirigir o trabalho coletivo. Alguns deles de-

sapareceram. Atualmente o *Centre National de la Recherche Scientifique* dirige o complexo das pesquisas e subvenciona numerosas publicações. O *Comité des travaux historiques et scientifiques du ministère de l'Éducation nationale* organiza congressos anuais das sociedades históricas, publica as principais comunicações, exceto memórias e documentos. A *Commission d'histoire économique et sociale de la Révolution*, criada por iniciativa de Jean Jaurès em 1903, publicou e continua a publicar muitíssimos documentos (em particular *Cahiers de doléances*) e estudos. O Instituto de História da Revolução Francesa da Universidade de Paris, criado por Georges Lefebvre é um centro de pesquisa. A *Société des études robespierristes*, fundada em 1907 por Albert Mathiez, publica os *Annales Historiques de la Révolution Française* e uma *Bibliothèque révolutionnaire*, que é atualmente dirigida por Jacques Godechot, Ernest Labrousse, Marcel Reinhard, Albert Soboul.

Fontes.

a). — Fontes manuscritas. As fontes manuscritas da história da Revolução são muito abundantes. Encontram-se na França e fora da França. Os principais guias que permitem indicar essas fontes são os seguintes:

P. Caron, *Manuel pratique pour l'étude de la Révolution française*, Paris, 1947; A. Tuetey, *Répertoire général des sources manuscrites de l'histoire de Paris pendant la Révolution française*, Paris, 1894-1911, 11 vols. já publicados; V. Carrière, *Introduction aux études d'histoire ecclésiastique locale*, Paris, 1936, sobretudo o cap. III.

Os principais depósitos arquivísticos onde se encontram documentos manuscritos referentes à Revolução são os Arquivos Nacionais de Paris, os arquivos departamentais (sobretudo na série L e Q), os arquivos comunais. As diversas bibliotecas francesas e sobretudo a Biblioteca Nacional de Paris possuem coleções de manuscritos importantes referentes à Revolução francesa. Encontram-se igualmente documentos manuscritos importantes à contra-revolução ou à ocupação francesa de certos territórios nos grandes depósitos arquivísticos europeus, em particular Londres, Viena, Leningrado, Moscou, Milão, Roma, Nápoles, Berna, Madri, Lisboa, etc.

b). — Fontes impressas. As fontes impressas são igualmente bastante numerosas. O manual de P. Caron acima citado dá indicações sobre as principais coleções. Cfr. também o *Catalogue de l'histoire de la Révolution française* (na Biblioteca Nacional de Paris) de A. Martin e G. Walter, Paris, 5 vols., 1936-1955 e a obra de A. Monglond, *La France révolutionnaire et impériale. Annales de bibliographie méthodique et descriptive des livres illustrés*, Grenoble, 7 vols., 1930-1935, referente, como indica o título, especialmente às obras literárias. A *Bibliographie de l'histoire de Paris pendant la Révolution française*, de M. Torneux (Paris, 1890-1913, 5 vols., in-8º) dá indicações válidas mesmo sobre a Revolução em seu conjunto.

Muitos textos foram publicados na época revolucionária: os jornais são bastante numerosos (cfr. o vol. V do catálogo de A. Martin e G. Walter) como também os "verbais" das assembléias (280 vols.). Os "verbais" da Convenção que faltavam, foram recentemente publicados por G. Lefebvre, M. Reinhard e M. Bouloiseau (1959-1960). Os "verbais" dos Estados Gerais de maio-junho de 1789 não figuram nessa série, e estão em fase de publicação pelo *Institut d'histoire de la*

Révolution française e *Centre national de la Recherche scientifique* (vol. I, 1953; vol. II, 1963). Os *Documents relatifs à la convocation des Etats généraux de 1789* foram publicados por A. Brette (Paris, 1894-1915, 4 vols. e 1 atlas).

Os debates da Assembléia Legislativa, a partir de 1787, estão editados em uma imensa coleção denominada *Archives parlementaires de 1787 à 1860*; já apareceram 83 volumes; o último, referente aos debates da Convenção de janeiro de 1794 foi publicado em 1962.

Os “verbais” e as atas dos diversos comitês da assembléia já estão publicados: a publicação mais importante, dirigida por A. Aulard, é o *Recueil des Actes du Comité de Salut public* (28 vols., com o índice e suplemento em fase de publicação).

As leis e decretos publicados na época em que forão promulgados, formam uma massa considerável. Os principais foram republicados por J. B. Duvergier, *Collection complète des lois, décrets, ordonnances... de à 1788 à 1824...* Paris, 1825-1828, 24 vols.

Na época contemporânea numerosos documentos foram publicados, em especial os *cahiers de doléances* para os Estados Gerais, as atas da Comuna de Paris (por S. Lacroix e R. Farge), as atas do Diretório executivo de 1796 e 1797 (por Debidour), etc. Alguns jornais foram republicados (o *Père Duchesne*, por F. Braesch, 1922-1938; o *Vieux Cordelier*, por H. Calvet, 1936, os jornais de Robespierre pela *Société des études robespierristes*, 1939-1962).

Foram publicadas numerosas memórias sobretudo no princípio do século XIX (em particular na coleção Berville et Barrière, 60 vols., 1820-1828); outras continuam a aparecer. Duas coleções forneceram recentemente novas edições dos principais textos relativos à Revolução, *Les classiques de la Révolution*, dirigida por A. Mathiez e G. Lefebvre (A. Colin, 1931-1939, 10 vols.) e *Les classiques du Peuple* (Editions sociales); apareceram ou estão em preparação uma duzia de volumes.

Estudos Críticos.

a). — Obras gerais:

E. Lavisse, *Histoire de France contemporaine*, vol. I de Ph. Sagnac e II de G. Pariset, *La Révolution* (1789-1799), Paris, 1920.

A. Mathiez, *La Révolution française*, 3 vols. in-16^o, Paris, 1922-1924, republicada em 1 vol., Paris, 1960; trad. ital. Milão, 1933, completar com *La réaction thermidorienne*, Paris, 1929 e *Le Directoire*, Paris, 1934.

G. Lefebvre, *La Révolution française*, vol. XIII da “Peuples et Civilisations”, história geral publicada sob a direção de L. Halphen e Ph. Sagnac, Paris, 1951, trad. ital. por Paolo Serini, 1957; completar com *Etudes sur la Révolution française*, Paris, 1954.

R. Mousnier, E. Labrousse, M. Bouloiseau, *Le XIIIe siècle*, vol. V da “Histoire générale des civilisations”, dirigida por M. Crouzet.

J. Godechot, *La Grande Nation*, Paris, 1956, trad. ital., Bari, 1962.

A. Soboul, *Précis d'histoire de la Révolution française*, Paris, 1962.

J. Godechot, *Les Révolutions*, coleção “Nouvelle Clío”, Paris, 1963.

b). — Historiografia da Revolução francesa:

Sôbre os primeiros historiadores da Revolução francesa: A. Aulard, *Les premiers historiens de la Révolution française*, in "Etudes et leçons sur la Révolution française", 6^o serie, 1910, p. 32-135.

Sôbre Thiers e Michelet: A. Aulard, *Thiers historien de la Révolution française*, in "La Révolution française", 1914, vol. 66, p. 492-520, e vol. 67, p. 5-29; idem, *Michelet historien de la Révolution française* in "La Révolution française", 1928, p. 136-150 e 193-213.

Sôbre Carlyle: A. Aulard, *Carlyle historien de la Révolution française*, in "Etudes et leçons sur la Révolution française", 7^o serie, 1911, p. 196-211.

Sôbre Tocqueville: G. Lefebvre, *Introduction à "L'ancien régime et la Révolution" de Tocqueville*, in "Oeuvres Complètes", edição definitiva publicada sob a direção de J. P. Mayer, vol. II, Paris, 1952, p. 9-30.

G. Lefebvre, *A propos de Tocqueville*, nos "Annales historiques de la Révolution française", 1955, p. 313-325. E. T. Gargan, *Alexis de Tocqueville, The Critical Years, 1848-1851*, The Catholic University of America Press, Washington, 1955. R. Herr, *Tocqueville and the Old Regime*, Princeton, 1962.

Sôbre Quinet: A. Galante Garrone, *Introduzione*, na tradução italiana de E. Quinet, *La Rivoluzione*, Turim, 2 vols., 1953, p. XV-LXII. Resenha sôbre esta obra de G. Lefebvre nos "Annales historiques de la Révolution française", 1954, p. 182-184.

Sôbre Taine: A. Aulard, *Taine historien de la Révolution française*, Paris, 1907. A. Mathiez, *Taine historien*, na "Revue d'histoire moderne et contemporaine", 1906-1907, p. 257-284. A. Cochin, *La crise de l'histoire révolutionnaire, Taine et M. Aulard*, in "Le Correspondant", 25 de março e 10 de abril de 1909. A. Petit, *Deux conceptions de l'histoire de la Révolution, Taine et M. Aulard*, in "Revue des Deux Mondes", 1^o de setembro de 1910, p. 77-98.

Sôbre A. Aulard: G. Belloni, *A. Aulard*, Paris, 1952. H. Chabaut, *L'oeuvre d'Aulard et l'histoire de la Révolution*, nos "Annales historiques de la Révolution française", 1929, p. 1-4.

Sôbre Jaurès, A. Mathiez, G. Lefebvre: F. Venturi, *Jean Jaurès e altri storici della Rivoluzione francese*, Turim, 1948; A. Mathiez, *Histoire socialiste de la Révolution française*, t. VII e VIII, nos "Annales historiques de la Révolution française", 1925, p. 75-76. Por ocasião da morte de A. Mathiez os "Annales historiques de la Révolution française" de 1932, publicaram numerosos artigos sôbre sua vida, sua obra e seu ensino. Cfr. em especial G. Lefebvre, *Albert Mathiez*, p. 98-102 e *L'oeuvre historique d'Albert Mathiez*, p. 193-210. A. Troux, *Un grand historien comtois, A. Mathiez*, Nancy, 1935. J. Dautry, *Albert Mathiez, historien de la Révolution française*, nos "Annales historiques de la Révolution française", 1962, p. 129-151.

Sôbre G. Lefebvre: "Pro demo", nos "Annales historiques de la Révolution française", 1947, p. 188-190. O número 1 de 1960 dos "Annales historiques de la Révolution française" foi consagrado inteiramente a Georges Lefebvre.

c). — Obras gerais sôbre os grandes problemas da história revolucionária:

Relações internacionais:

Além da *Grande Nation*, de J. Godechot, acima citada, cfr. R. Fugier, *La Révolution française et l'empire napoléonien*, vol. IV da "Histoire des Relations internationales", dirigida por P. Renouvin, Paris, 1954, trad. ital., Florença, 1960.

Contra-revolução:

J. Godechot, *La Contre-Révolution, doctrine et action*, Paris, 1961. D. Greer, *The incidence of the Emigration during the French Revolution*, Cambridge (USA), 1951. Duc de Castries, *Les émigrés*, Paris, 1962. J. Vidalenc, *Les émigrés français (1789-1825)*, Paris, 1963.

Constituições e instituições:

J. Godechot, *Les institutions de la France sous la Révolution et l'Empire*, Paris, 1951. M. Garaud, *Histoire générale du droit privé français (de 1789 à 1804)*, I: *La Révolution et l'Egalité*, Paris, 1953; II: *La Révolution et la propriété foncière*, Paris, 1959.

Idéias e Religiões:

G. Lefebvre, *La Révolution française et le rationalisme*, nos "Annales historiques de la Révolution française", 1946, p. 4-34. L. Trénard, *Lyon de l'Encyclopédie au préromantisme*, Paris, 1958. A. Latreille, *L'église catholique et la Révolution française*, Paris, 1946-1950, 2 vols. A. Latreille, E. Delaruelle, J. R. Palanque, R. Remond, *Histoire du catholicisme en France*, vol. 3, Paris, 1962. B. C. Poland, *French Protestantism and the Revolution*, Princeton, 1957. R. Anchel, *Les Juifs de France*, Paris, 1946. R. Priouret, *La franc-maçonnerie sous les lys*, Paris, 1953. A. Bouton, *Les francs-maçons manceaux et la Révolution française (1741-1815)*, Le Mans, 1958.

Classes sociais:

G. Maranini, *Classe e stato nella Rivoluzione francese*, nova edição Milão, 1952. G. Lefebvre, A. Soboul, G. E. Rudé, R. C. Cobb, *Sanculotti e contadini nella Rivoluzione francese*, Bari, 1958. G. E. Rudé, *The Crowd in the French Revolution*, Oxford, 1959. G. Lefebvre, *Les paysans du Nord pendant la Révolution française*, nova ed. Bari, 1959. P. Bois, *Les paysans de l'Ouest*, Paris, 1960. E. Tarle, *La classe operaia nella Rivoluzione francese*, Roma, 1961. G. Lefebvre, *Etudes Orléanaises, contribution à l'étude des structures sociales à la fin du XVIIIe siècle*, Paris, 1962-1963, 2 vol. E. G. Barber, *The Bourgeoisie in XVIII th Century France*, Princeton, 1955. R. Forster, *The Nobility of Toulouse in the Eighteenth Century*, Baltimore, 1960. Abbé Sicard, *Le Clergé de France pendant la Révolution*, Paris, 1912-1927, 3 vols.

Problemas econômicos e financeiros:

E. Labrousse, *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien régime et au début de la Révolution*, Paris, 1944. Festy, *L'agriculture pendant la Révolution française, l'utilisation des jachères*, Paris, 1947. Idem, *Les délits ruraux et leur répression sous la Révolution et le Consulat*, Paris, 1956. P. Léon, *La naissan-*

ce de la grande industrie en Dauphiné (entre o fim do século XVIII e 1869), Paris, 1954, 2 vols. M. Marion, *Histoire financière de la France*, vol. II, III e IV (1789-1818), Paris, 1919-1925. S. E. Harris, *The Assignats*, Cambridge (USA), 1930. R. Schnerb, *Les contributions directes pendant la Révolution dans le Puy-de-Dôme*, Paris, 1932. F. Braesch, *Finances et monnaies révolutionnaires*, Paris, 1937.

Assistência pública:

J. Imbert, *Le droit hospitalier de la Révolution et de l'Empire*, Paris, 1954. A. Cherubini, *Dottrine e metodi assistenziali dal 1789 al 1848, Italia, Francia, Inghilterra*, Milão, 1958.

Língua, ensino, cultura:

F. Brunot, *Histoire de la langue française*, vol. IX, *La Révolution et l'Empire*, 2 vol., Paris, 1937. L. Grimaud, *Histoire de la liberté de l'Enseignement en France*, vol. III, *La Révolution française*, Grenoble, 1944. M. Gontard, *L'enseignement primaire en France de la Révolution à la loi Guizot*, Paris, 1958. J. Fayet, *La Révolution française et la Science (1789-1795)*, Paris, 1960. H. T. Parker, *The Cult of Antiquity and the French Revolution. A study in the development of the Revolutionary Spirit*, Chicago, 1937. J. A. Rivoire, *Le patriotisme dans le théâtre sérieux de la Révolution, 1789-1799*, Paris, 1950.

Exército, Marinha, Colônias:

G. Vallée, *La conscription dans le département de la Charente (1789-1807)*, Paris, 1937. G. Six, *Les généraux de la Révolution et de l'Empire*, Paris, 1947. A. Soboul, *Les soldats de l'an II*, Paris, 1950. O. Havard, *La Révolution dans les ports de guerre*, Paris, 1912-1913, 2 vols. N. Hampson, *La marine en l'an II, mobilisation de la flotte de l'océan, 1793-1794*, Paris, 1959. C. L. Lokke, *France and the Colonial Question, a Study of Contemporary French opinion, 1763-1801*, New York, 1932. G. Debiens, *Etudes antillaises*, Paris, 1956. Idem, *Plantations et esclaves à Saint-Domingue*, Dakar, 1962.

Estudos regionais recentes:

A. Troux, *La vie politique dans le département de la Meurthe*, Nancy, 1936, 2 vols. D. Ligou, *Montauban à la fin de l'ancien régime et au début de la Révolution*, Paris, 1956. A. Tarta, *Avallon au XVIIIe siècle*, vol. II, *La Révolution*, Auxerre, 1953.

Biografias importantes:

L. Gershoy, *Bertrand Barère*, Princeton, 1962. M. Reinhard, *Le Grand Carnot*, Paris, 1950-1952, 2 vols. L. Madelin, *Fouché*, Paris, 1955. I. Gottschalk, *La Fayette*, Chicago, 1935-1950, 4 vols. J. Massin, *Marat*, Paris, 1960. Duc de Castries, *Mirabeau*, Paris, 1960. G. Bouchard, *Un organisateur de la victoire, Prieur de la Côte d'Or, membre du Comité de Salut public*, Paris, 1946. J. Massin, *Robespierre*, Paris, 1956. G. Walter, *Robespierre*, Paris, 2 vols., 1961. A. Galante Garrone, *Buonarrotti e Babeuf*, Turim, 1948. Idem, *Gilbert Romme*, Tu-

rim, 1959. A. Ollivier, *Saint Just et la force des choses*, Paris, 1954. A. Saitta, *Filippo Buonarrotti*, Roma, 1950-1951, 2 vols.

d). — Obras sôbre diversos períodos da evolução:

Causas:

G. Lefebvre, *La mouvement des prix et les origines de la Révolution française*, nos 'Annales historiques de la Révolution française', 1937, p. 288-329. D. Mornet, *Les origines intellectuelles de la Révolution*, Paris, 1933. F. Acomb, *Anglophobia in France, 1763-1789*, Duke University Press, 1942. A. Cobban, *British Secret Service in France*, in "English Historical Review", 1954, p. 226-261. Duc de Castries, *Le testament de la Monarchie*, Paris, 1957-1959, 2 vols.

Pré-revolução:

J. Egret, *La prérévolution, 1787-1789*, Paris, 1962.

Monarquia constitucional (1787-1799):

G. Lefebvre, *Quatre-vingt-neuf*, Paris, 1939, trad. ital., Turim, 1953. J. Egret, *La Révolution des notables, Mounier et les monarchiens*, Paris, 1950.

República democrática (1792-1794):

P. Caron, *Les massacres de septembre*, Paris, 1935. Idem, *Les missions du Conseil Exécutif provisoire et de la Commune de Paris dans l'est et le Nord, aout-septembre 1792*, Paris, 1950-1953, 2 vols. N. J. Sydenham, *The Girondins*, Londres, 1961. G. Lefebvre, *Sur la loi de prairial*, in "Annales historiques de la Révolution française", 1951, p. 225-256. A. Soboul, *Les sans-culottes parisiens en l'an II*, Paris, 1958.

República burguesa (1794-1799):

K. D. Tönnesson, *La défaite des sans-culottes: mouvement populaire et réaction bourgeoise à Paris en l'an III*, Paris, 1959. E. Tarlé, *Germinal et Prairial*, Moscou, 1960. M. Reinhard, *Le département de la Sarthe sous le Directoire*, Paris, 1935. C. L. Mazauric, *Babeuf et la conspiration pour l'Egalité*, Paris, 1962. G. Dejoint, *La politique économique du Directoire*, Paris, 1951. Abbé J. Bousoulade, *L'Eglise de Paris du 9 thermidor au Concordat*, Paris, 1950. J. Godechot, *Les commissaires aux armées sous le Directoire*, Paris, 1957, 2 vols. B. Nabonne, *La diplomatie du Directoire et Bonaparte*, Paris, 1951. C. Zaghi, *Bonaparte e il Direttorio dopo Campoformio*, Napóles, 1956. U. Bonnel, *La France, les Etats-Unis et la guerre de course*, Paris, 1961. A. Olliviers, *Le 18 brumaire*, Paris, 1958.